

# FACTO

# ABIFINA

ANO V • ABR/JUN • 2011 • Nº 29

Publicação da Associação Brasileira  
das Indústrias de Química Fina,  
Biotecnologia e suas Especialidades



**ABIFINA** <sup>25</sup>anos 

25 anos de  
compromisso  
com a indústria  
brasileira

# Inovação no Complexo Industrial da Saúde

## A fórmula que mais combina com você!

### 5º ENIFarMed

5º Encontro Nacional de  
Inovação em  
Fármacos e Medicamentos

**29, 30 e 31**

**AGOSTO 2011**

Centro de Convenções  
Rebouças

Fundação Faculdade de Medicina da USP,  
São Paulo - SP

O ENIFarMed é o fórum privilegiado de articulação entre indústria, governo e academia. O programa, focado no tema "*CIS: estratégico no acesso a medicamentos*", vai apresentar o cenário mundial através de convidados internacionais renomados. O debate vai envolver a platéia e servirá para embasar estratégias conjuntas para aumentar a competitividade do País.

Você também poderá contribuir!

## INSCREVA-SE JÁ!

Saiba mais em [www.ipd-farma.org.br](http://www.ipd-farma.org.br) e participe!

Realização



Correalização



Patrocínio



Apoio



# FACTO ABIFINA

## Corpo Dirigente

### Conselho Administrativo

Presidente: Jean Daniel Peter  
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira  
 Vice-presidente de Planejamento:  
 Marcos Henrique de Castro Oliveira  
 Vice-presidentes segmento farmacêutico:  
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco  
 Vice-presidentes segmento agroquímico:  
 Luis Henrique Rahmeier e Tarciso Bonachela  
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages  
 Vice-presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira  
 Diretor de Assuntos Parlamentares:  
 Josimar Henrique da Silva  
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva  
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:  
 João Alegre  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:  
 Odilon Costa  
 Diretor de Propriedade Intelectual: Adriana Serrão  
 Antônio Berdge Kessedjan: conselheiro  
 Antonio Werneck: conselheiro  
 Hayne Felipe: conselheiro  
 Mário França: conselheiro  
 Rodrigo Pinto: conselheiro  
 Ulrich Meier: conselheiro

### Conselho Consultivo

Akira Homma  
 Eduardo Costa  
 Fernando Marques  
 Pedro Wongtschowski  
 Alcebiades Athayde  
 Eduardo Eugenio  
 Fernando Sandroni  
 Paulo Cezar Aquino  
 Vinzenz Plover  
 Peter Andersen

## Expediente

### Coordenação Geral:

Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br  
 Matéria Política e ABIFINA Comenta: Inês Accioly  
 Matéria de Capa: Natalia Calandrini  
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação  
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro  
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ  
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413  
 www.abifina.org.br  
 editoriafacto@abifina.org.br

Em entrevista, Pedro Wongtschowski fala sobre a indústria, a inovação e o desenvolvimento de um país.



Marcos Oliveira, Vice-Presidente de Planejamento da ABIFINA, faz uma análise sobre a insegurança jurídica e a qualidade de patentes.

inovação  
 desenvolvimento  
 nanotecnologia  
 saúde  
 patentes

## EDITORIAL

04

## MATÉRIA POLÍTICA

06

## ENTREVISTA

12

## CAPA: ESPECIAL 25 ANOS

14

## SAÚDE EM FOCO

23

## SAIU NA IMPRENSA

24

## PAINEL DO ASSOCIADO

26

## OPINIÃO

30

## ABIFINA EM AÇÃO

32



Publicação da:

**ABIFINA**

Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,  
 Biotecnologia e suas Especialidades

# ABIFINA: 25 anos de história em prol do desenvolvimento nacional

por Nelson Brasil de Oliveira • 1º Vice-Presidente da ABIFINA

Fundada em junho de 1986 por um reduzido grupo de empresários nacionais que, estoica e pioneiramente, perseguiram o desenvolvimento industrial da química fina no país, a ABIFINA inicialmente teve uma expressiva participação na elaboração de emendas parlamentares para a Constituinte de 1988. Nesse cenário a entidade contribuiu expressivamente para a aprovação de princípios inseridos na Carta Constitucional de 1988, tais como o que define o mercado interno como patrimônio nacional, a tecnologia como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país e a definição de empresa nacional quando seu controle societário é exercido por brasileiros – neste último caso, tal conceito foi eliminado da Constituição via emenda constitucional aprovada na segunda metade dos anos 90.

Nesse período inicial a ABIFINA respaldou importantes iniciativas empresariais construídas ao abrigo da Portaria Interministerial nº 04/84, com aplicação supervisionada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) o qual, tecnicamente apoiado pela Secretaria de Química Fina do Ministério de Ciência e Tecnologia e contando com o suporte financeiro do BNDES/BNDESPAR, com o apoio em P&D pela Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (Codetec) e com a garantia de compras assegurada pela Central de Medicamentos (Ceme), fez surgir um expressivo parque produtivo no complexo industrial da química fina com investimentos de alguns bilhões de dólares. Os compromissos assumidos com o setor privado em termos de garantias de mercado para os projetos aprovados pelo CDI foram sumariamente desconsiderados pelo novo governo instalado no início dos anos 90, fato que, aprofundado pela forte apreciação do real ve-



rificada na segunda metade dessa década, resultou na forte “canibalização” do emergente parque industrial da química fina – cerca de 1.500 unidades produtivas foram levadas ao encerramento de operações.

Na fase inicial de sua institucionalização a ABIFINA realizou quatro congressos nacionais visando divulgar a importância do setor industrial para a construção de um soberano processo de desenvolvimento econômico do país, diagnosticar os problemas encontrados em sua implantação, bem como apresentar aos órgãos públicos sugestões da indústria de química fina visando esse tão almejado desenvolvimento da indústria nacional. O primeiro desses seminários foi realizado em Brasília (1987), depois em São Paulo (1988), seguido de Porto Alegre (1989) e, finalmente, Rio de Janeiro (1990). Também editou, entre os anos de 1990 e 1995, anuários da indústria de química fina no Brasil, onde eram apresentadas as competências técnicas e dimensionadas as capacidades produtivas

das empresas com atuação nesse setor industrial no país. Essas importantes iniciativas foram descontinuadas ao longo dos anos 90 devido à desindustrialização do país então iniciada sob a influência do *Consenso de Washington*, cântico que encantou economistas tupiniquins poderosos à época.

No início dos anos 90, antes mesmo de qualquer iniciativa do governo federal, a ABIFINA propôs alterações ao Código de Propriedade Industrial visando ajustá-lo aos novos compromissos que o país iria assumir no contexto do GATT, expressos no Relatório Dunkell, de cuja análise a ABIFINA havia participado assessorando o MRE em Genebra, no ano de 1989. Esse projeto foi apresentado como proposta ao Congresso Nacional através do então deputado Luiz Henrique (PMDB) e que viria a servir de contraponto a um projeto de lei pouco depois enviado pelo governo federal, alinhado aos interesses do primeiro mundo.

A partir daí, a ABIFINA veio a se constituir numa forte e legítima representante do setor produtivo nacional nos debates envolvendo a elaboração da nova legislação sobre propriedade intelectual, convergindo à forma que foi aprovada por consenso das lideranças partidárias na Câmara de Deputados em 1994, projeto de lei que foi alterado pelo Senado Federal em 1996 para atender compromissos internacionais assumidos pelo governo federal então eleito.

Ao longo dos anos 90 a ABIFINA teve uma forte presença no Congresso Nacional, participando dos debates envolvendo temas relacionados à política industrial, comércio exterior e tecnologia – neste último caso, com destaque para os trabalhos brilhantemente conduzidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ao longo de um ano, tendo por objetivo examinar as causas do atraso tecnológico brasileiro.

Essa Comissão Parlamentar era presidida pelo ex-senador Mario Covas, tendo como relatora a ex-deputada Irma Passoni.

No âmbito das negociações de comércio internacional, a ABIFINA sempre atuou na defesa do setor produtivo que opera no mercado interno. Em 1989, decorridos apenas três anos do início da Rodada do Uruguai do GATT, a ABIFINA já participava da primeira Missão Empresarial Brasileira à Genebra, criada pela Confederação Nacional da Indústria e que, pela primeira vez e a convite do embaixador Rubens Ricupero, levava o legítimo respaldo do setor produtivo nacional às negociações de comércio internacional, que até então eram conduzidas isoladamente pelo Ministério das Relações Exteriores.

Assim como nos anos 80 a ABIFINA havia participado de encontros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), depois com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a entidade passou a participar de encontros multilaterais de comércio conduzidos pelo novo bloco regional.

De 1995 em diante, face à realidade representada pela abertura comercial implantada no país, a ABIFINA passou a ser uma ativa representante das empresas produtivas nacionais no âmbito das negociações de comércio internacional como membro da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), criada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Nesse contexto, a ABIFINA participou de todos os encontros constitutivos da Alca, a começar no ano de 1997, com o encontro de Belo Horizonte, seguido daquele de São José da Costa Rica (1998), de Toronto (1999), de Buenos Aires (2001), de Quito (2002), de Miami (2004) e de Cancun (2005). Em todos esses encontros a ABIFINA foi porta-voz da CNI nas negociações sobre propriedade intelectual. Convidada pela CNI, a ABIFINA passou então a ser um dos membros do Fórum Nacional da Indústria, órgão assessor da presidência da CNI.

Assim como nos anos 80 e 90 a ABIFINA foi ativa participante das Câmaras Setoriais criadas pelo Poder Executivo, após 2002 a entidade passou a participar nesse âmbito dos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas Farmacêutica, Agroquímica e de Biotecnologia.

A partir de 2006 a ABIFINA desenvolveu estudos e participou de grupos de trabalho sobre relevantes temas para o Complexo Industrial da Química Fina. Assim, no final de 2006, em corajosa decisão de Farmanguinhos que contou com o

“Essa é a história de uma entidade empresarial que sempre aliou a defesa do mercado interno e a fabricação local consistente com os superiores interesses nacionais, valendo-se de condutas eminentemente éticas e transparentes”

integral apoio da ABIFINA, as compras dos antirretrovirais (ARV) zidovudina e lidovudina foram efetuadas pelo sistema de contratação da fabricação local desses produtos, em vez de licitações internacionais como eram amplamente praticadas no país, mas que não asseguravam a qualidade no produto adquirido e que, por falta de isonomia, tais certames sempre favorecem a importação de produtos, induzindo uma forte desindustrialização no país. Evidentemente o processo foi contestado de imediato por importadores junto ao Poder Judiciário, mas Farmanguinhos, sempre claramente apoiado pela ABIFINA, conseguiu manter sua decisão e ainda assegurar no âmbito judiciário o princípio de que o agente público comprador, quando requerido assegurar a rastreabilidade do processo produtivo e,

assim manter a qualidade do medicamento a ser adquirido, poderá exigir que sua fabricação seja realizada localmente.

Durante a gestão de Temporão à testa do Ministério da Saúde, a ABIFINA articulou entidades representativas de empresas com atuação no complexo industrial da saúde visando construir uma política pública especialmente desenhada para a cadeia produtiva farmacêutica. Em 2007, a ABIFINA veio a dar amplo respaldo ao governo federal na edição do decreto que licenciou compulsoriamente o ARV efavirenz, após terem sido esgotados todos os esforços do governo nas negociações com o titular da patente. Nesse contexto a ABIFINA articulou as empresas nacionais para o apoio a essa medida, inclusive estimulando-as a fabricar o princípio ativo desse medicamento no país.

O excelente resultado advindo de tais ações pioneiras levou o governo federal a emitir o marco regulatório do setor em 2008, através de uma série de portarias que definiram as diretrizes para a contratação da fabricação local, os critérios para a licitação de princípios ativos pelos laboratórios oficiais e a lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) visando montar as parcerias público-privadas para assegurar a inovação tecnológica e a fabricação local de produtos do complexo industrial da saúde.

Nos dias que correm, com a enorme apreciação do real face às demais moedas e as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil, a luta da ABIFINA reside na implantação de políticas públicas compensatórias a tais desequilíbrios macroeconômicos para permitir ressurgir uma pujante indústria de química fina competitiva internacionalmente.

Essa é a história de uma entidade empresarial que sempre aliou a defesa do mercado interno e a fabricação local consistente com os superiores interesses nacionais, valendo-se de condutas eminentemente éticas e transparentes.

# Reforma tributária

## Uma tarefa para “ontem”

A indústria brasileira, já debilitada pelo câmbio apreciado, altas taxas de juros e uma carga tributária indiscutivelmente superior à dos concorrentes internacionais, agora tem mais um inimigo: a guerra fiscal entre estados. Na química fina, esse cenário preocupante é agravado pela lentidão burocrática do sistema regulatório.

Já é consenso entre os analistas econômicos que a atual política macroeconômica gera desindustrialização no Brasil. Eles discordam apenas no grau de gravidade atribuído ao problema e nos prognósticos que ele permite fazer. O economista Mauro Arruda destaca-se entre aqueles que vislumbram um alto risco para o país em função da persistência desse cenário. Ele defende que “é necessário impedir o real de se valorizar demais, a ponto de prejudicar a indústria nacional, como está ocorrendo hoje. O problema é que, do jeito como as coisas estão, não dá mais para falar em metas de câmbio sem discutir, ao mesmo tempo, taxa de juros, elevação dos preços das *commodities*, aumento dos preços dos serviços etc.”

Arruda não acredita, entretanto, em nenhuma ação eficaz no curto prazo envolvendo juros. “Com o diferencial de taxa de juros do Brasil em relação à de outros países, é possível segurar o câmbio? Talvez, se fossem adotadas políticas mais radicais, como a aplicação de quarentena para recursos que entrassem no país para aplicação em títulos de renda fixa e

variável – ou seja, capital especulativo. Mas, medidas como esta e outras parecem estar fora de cogitação, pelo menos é o que se deduz das discussões em curso entre nossos economistas. Por certo, a quarentena não agrada ao setor financeiro, aqui e alhures”, lamenta.

O que mais preocupa o economista, nas discussões atuais, são “as velhas propostas para diminuir a inflação”. Ele entende que o problema tem várias frentes, “E em relação a algumas delas nada podemos fazer – com base, apenas, na subida da taxa básica de juros. No que isso ajudará a segurar, por exemplo, a subida dos preços das *commodities*, que são internacionais?”

O fato é que a desindustrialização avança e o país necessita, urgentemente, de medidas para reverter esse processo. Segundo Arruda, “quem está a jusante, no topo da cadeia, ganha muito – a Vale, por exemplo; enquanto quem está a montante, a indústria propriamente dita, tem margens ínfimas, o que significa que não há como competir”. Arruda entende que a contenção desse processo de fragilização de cadeias produtivas demanda medidas nas áreas comercial e tributária. “Combater *dumping*,

estabelecer cotas, aplicar normas técnicas, taxar as exportações de *commodities* e com os ganhos dessa taxaço diminuir os impostos (IPI, entre outros), no mesmo valor, para as empresas localizadas a montante das cadeias produtivas que têm os produtores de *commodities* no topo.”

O exemplo da indústria farmoquímica é emblemático. Em que pese o apoio prestado pelo Ministério da Saúde nos últimos anos, sob forma de parcerias público-privadas, as empresas desse setor lutam com dificuldade para sobreviver à conjugação perversa de câmbio apreciado e alta carga tributária. “O impacto da soma desses dois fatores onera em mais de 60% os preços dos nossos produtos, quando comparados com o produto importado”, afirma Nicolau Lages, diretor da Nortec Química.

A redução da carga tributária sobre o produto fabricado no país seria importante para sustentar a política de desenvolvimento produtivo no segmento farmoquímico, mas, segundo Lages, é preciso reduzir tributos que incidem sobre todo o processo de fabricação e venda. “Não basta fazer o que vem sendo feito desde 2004, ou seja, reduzir somente os tributos que recaem nas operações de venda e exportação, pois a carga tributária sobre os insumos e a mão de obra é muito alta.”

Os números confirmam. Na fabricação de um fármaco que demande importação de insumo, com isenção de ICMS e alíquota zero para PIS e Cofins, a carga tributária que recai somente sobre o custo variável chega a 10% do custo variável final. Se não houver redução de ICMS, PIS e Cofins na importação desse insu-



“É necessário impedir o real de se valorizar demais, a ponto de prejudicar a indústria nacional, como está ocorrendo hoje”

Mauro Arruda

mo, a carga tributária chega a mais de 26%. Os encargos sociais são da ordem de 38% do custo total da mão de obra. A carga tributária sobre a venda, representada principalmente pelo ICMS, atinge, em média, após a compensação (conta-corrente) do que foi pago nas aquisições das matérias-primas, cerca de 9% sobre o preço de venda do produto acabado. “Tudo isso é muito oneroso quando comparado com a situação das empresas na China e noutros países asiáticos”, ressalta o diretor da Nortec.

Os efeitos perversos da supertributação não poupam nenhum dos segmentos da química fina. A Fábrica Carioca de Catalisadores, por exemplo, por ser a única fabricante de catalisadores para refino de petróleo em toda a América Latina, deveria ter uma vantagem competitiva regional, já que seus competidores estão todos nos EUA e na Europa. Entretanto, segundo seu diretor Rodrigo Pinto, “Como nossos custos são todos em reais e incluem



foto: Fábio Chieppe

uma carga tributária muito maior do que a suportada por nossos concorrentes internacionais, estamos em desvantagem para competir em nossa própria região. Isto sem contar os custos tarifários indiretos, que fazem com que transportar uma tonelada de catalisador do Rio de Janeiro para a Argentina, por exemplo, saia mais caro do que levar a mesma tonelada de qualquer porto dos EUA para lá”.

Não faltam sinais de alerta mostrando que a capacidade de absorção de impostos pela indústria está passando do limite. “Indiscutivelmente, a alta carga tributária, apesar dos

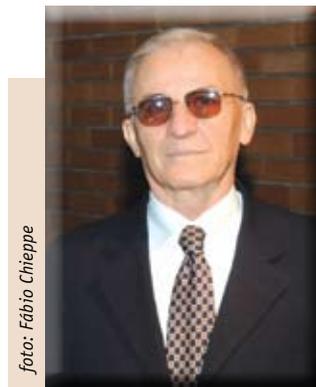


foto: Fábio Chieppe

“Não basta fazer o que vem sendo feito desde 2004, ou seja, reduzir somente os tributos que recaem nas operações de venda e exportação, pois a carga tributária sobre os insumos e a mão de obra é muito alta”

Nicolau Lages

incentivos existentes para exportação, ainda é o maior gravame para a competitividade internacional de nossas indústrias”, comenta Peter Andersen, presidente da empresa de fitoterápicos Centroflora. “Os altos encargos sobre folha de pagamento e aduaneiros, conjugados com o alto custo gerado pela burocracia do sistema, também dificultam nossa competitividade. Acelerar o reconhecimento e a devolução de créditos tributários seria uma relevante medida para contrabalançar esses obstáculos, bem como desburocratizar o recém-criado mecanismo de drawback verde-amarelo.”

“Como nossos custos são todos em reais e incluem uma carga tributária muito maior do que a suportada por nossos concorrentes internacionais, estamos em desvantagem para competir em nossa própria região”

Rodrigo Pinto

## Guerra fiscal: com a palavra, o Congresso

A “guerra fiscal” entre estados, que favorece importações em meio a um franco processo de desindustrialização da economia brasileira, ressuscitou no Congresso Nacional o debate sobre a reforma tributária. Cautelosamente, o governo federal instaura no Legislativo uma primeira discussão sobre o tema, propondo a redução do ICMS cobrado sobre alimentos, remédios, combustíveis, energia e telecomuni-

cações. Mudando a tática das últimas duas décadas, desta vez o governo optou por uma proposta pontual, e não ampla, apresentando-a ao Senado, e não à Câmara.

As distorções da política tributária fornecem, sem dúvida, lenha para a fogueira da desindustrialização. Mas o economista, ex-ministro e ex-deputado Delfim Netto se mostra cético quanto à viabilidade, hoje, de grandes mudanças nessa área. “Em minha opinião não existem condições políticas para uma ampla reforma tributária. Os interesses são muitos e conflitantes entre as várias esferas de governo. Ninguém quer perder receita e nem o poder de tributar, por menor que seja. No passado tentou-se algo nesse sentido sem nenhum resultado. É necessário, antes da reforma, incorporar a ideia de que somos, de fato, uma federação.”

A confortável maioria parlamentar do governo Dilma Rousseff, na opinião do ex-deputado, não ajuda muito nesse tema. “A dificuldade de aprovar uma mudança dessa envergadura não se restringe somente ao parlamento federal. Ela está em todos os níveis do poder público. Corre-se o risco de perder o cacife numa discussão interminável em prejuízo de outras prioridades”, pondera Delfim.

Nem mesmo a existência no Congresso de uma Proposta de Emenda à Constituição elaborada pelo governo, contemplando soluções para resgatar o espírito federativo na esfera tributária, representa, aos olhos de Delfim Netto, uma solução de longo alcance para as distorções tributárias. “A PEC 233/2008 tem várias virtudes: simplificaria o sistema tributário, o IVA federal desoneraria as exportações, e o ICMS no destino, além da deso-

neração das exportações, eliminaria a guerra fiscal, o que seria muito bom. Deixaria ainda em aberto outras questões também relevantes, como a regressividade atual, em que as pessoas de menor renda pagam relativamente mais impostos”, comenta.

A PEC 233/08 propõe alterações em vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. A principal mudança seria a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, por um novo imposto com regra nacional, e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de caráter federal. O novo ICMS previsto na PEC seria cobrado no estado de destino das mercadorias, o que, de acordo com o governo, inviabilizaria a chamada “guerra fiscal” entre os estados.

Para Delfim Netto, o que parece viável no momento são alterações bem específicas. “Não é reformar toda a estrutura da tributação, mas melhorar o seu funcionamento em pontos importantes.” A título de contribuição para reverter o processo de desindustrialização, e também para promover maior justiça fiscal, o ex-deputado acredita ser factível a ampliação da tributação direta sobre a renda e o patrimônio, com simultânea redução dos impostos indiretos. Em sua opinião, isto “evitaria a sobrecarga sobre o processo produti-

a produtividade de um sistema tributário baseado na predominância de impostos diretos”, esclarece Delfim.

O fato é que a guerra fiscal está comprometendo severamente a integridade de cadeias produtivas importantes, como a farmacêutica. Segundo Nicolau Lages, da Nortec, “A maneira como os produtos importados estão entrando no Brasil, se não for contida, será o golpe de misericórdia na indústria farmoquímica nacional. Indústrias farmacêuticas de São Paulo, por exemplo, estão importando seus insumos pelos estados de Goiás, Pernambuco e Espírito Santo, gozando dos incentivos que esses estados oferecem com reduções e créditos de tributos nos processos de internação das mercadorias. Um produto adquirido de acordo com esse procedimento poderá chegar ao importador por até 30% menos do que se fosse importado pelo estado de destino. No fundo, isto é um gol contra a Política de Desenvolvimento Produtivo”, protesta o empresário.

Uma das medidas em discussão é a Resolução do Senado nº 72, que elimina os incentivos fiscais de ICMS concedidos por vários estados às importações. Profundamente envolvido no assunto, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, afirma que esse expediente é “um absurdo, mais um instrumento de concorrência desleal aos produtos nacionais”. A CNI ingres-

no nº 72, a alíquota do ICMS seja de 4% e não se limite a produtos importados, abrangendo todas as operações interestaduais. Para Braga, isto equivale à “retomada da reforma tributária, embora fatiada, em partes”. Ele destaca que o Ministério da Fazenda também apresentou sugestão, na audiência pública, para a unificação do ICMS nas operações interestaduais e já tem um esboço da reforma tributária fatiada, que passa por mudanças no PIS/Cofins, no Simples Nacional e pela desoneração da folha de pagamento.

## Inovação: quem se arrisca?

No rastro do diagnóstico da desindustrialização da economia brasileira, outro consenso se formou entre os analistas econômicos: o de que as empresas nacionais inovam pouco em comparação com seus concorrentes no mercado internacional. Para o diretor da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica, Roberto Nicolsky, a raiz desse problema está nas políticas públicas, que menosprezam questões relativas a custo, benefício e risco elementares para a sobrevivência de qualquer empresa.

“Em verdade, nenhum empresário investe recursos que lhe são escassos com a intenção de dissipá-los”, assinala Nicolsky. “O empresário se pauta pelo que poderíamos chamar de racionalidade econômica. Ou seja, ele fará o que estiver ao seu alcance de capital, competência e risco tolerável para buscar o lucro possível dentro dessas condições de contorno. Fazer discursos e chamamentos à cidadania é um esforço inútil, sem qualquer efeito sistêmico.”

O diretor da Protec considera uma falácia dizer que os empresários da indústria não investem em inovação. “Ora, se qualquer pessoa observar uma gondola de supermercado, a vitrine de uma sapataria ou uma loja de utensílios domésticos, e for capaz de lembrar como eram os produtos há dez anos, constatará que tudo é diferente, ou seja, todos os produtos foram inovados.” O que ocorre, em sua opinião, é que o desenvolvimento de inovações não se sustenta de forma contínua por demandar “capital de giro, que tem custo elevado para a empresa; acumulação de competência, que é



foto: Rafael Neddermeyer / AE

“Não existem condições políticas para uma ampla reforma tributária. Os interesses são muitos e conflitantes entre as várias esferas de governo. Ninguém quer perder receita e nem o poder de tributar, por menor que seja”

*Delfim Netto*

vo”. Por outro lado, “alteraria preços absolutos e preços relativos, cujos efeitos têm que ser examinados com cuidado. No Brasil, creio que a transição teria que ser gradual e cuidadosa. Requer um sistema econômico mais bem organizado, com grau menor de informalidade, que permita construir uma base mais ampla de tributação. É preciso avaliar detalhadamente

sou no Supremo Tribunal Federal com Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra os incentivos aos produtos importados concedidos pelos governos de Santa Catarina, Paraná, Goiás e Pernambuco. Em recente audiência pública convocada pela Comissão de Assuntos Econômicos, a entidade propôs que, em vez de zero, como estabelece o projeto da Resolução

fruto dessa continuidade; e por gerar risco tecnológico, pois nem todas as inovações são bem-sucedidas”.

Em face da escassez de capital e de competência acumulada, como também “por um natural receio de correr o risco necessário, o empresário opta por agregar apenas as inovações que os seus concorrentes já incorporaram para defender a sua parcela de mercado. É a prática da inovação defensiva, aplicada por todos os produtores, em geral com algum atraso devido às dificuldades apontadas”. Para buscar inovações que a concorrência ainda não incorporou, tornando-se um agente da competitividade, Nicolsky afirma que o empresário precisa investir mais fatores que lhe são escassos e assumir mais riscos. “Ora, nesse momento ele avalia que o maior beneficiário de tal posicionamento proativo não será a sua empresa, mas sim o Estado, que irá arrecadar algo em torno de 37% a cada agregação de faturamento derivada de inovações. Além disso, ele terá de pagar fornecedores, mão de obra, previdência e os ativos, cabendo-lhe a menor parcela, isto é, o lucro, presumido pelo Imposto de Renda na faixa de 8%.”

O diretor da Protec lembra que foi a constatação dessa realidade que levou governos de países em desenvolvimento como Coreia, China e Índia a compartilhar o capital necessário e o risco do desenvolvimento das inovações que asseguram a competitividade das suas indústrias. “De resto, essa prática já era exercida por todos os países da OCDE que geram tecnologia, e está consagrada no artigo 8º do acordo que originou a Organização Mundial do Comércio (OMC), permitindo-a até o limite modesto de 75% de todo o investimento em pesquisa e desenvolvimento, inclusive em ativos fixos destinados à geração de inovações tecnológicas.”

No Brasil, o compartilhamento de investimento e risco no desenvolvimento de inovações só foi introduzido há pouco tempo, pela Lei de Inovação, em seu artigo 19, com o nome de subvenção econômica. Na opinião de Nicolsky, o uso desse instrumento, contudo, tem sido insatisfatório. “Os recursos destinados à subvenção têm se limitado, em média, a apenas 14% dos recursos do FNDCT obtidos das



foto: Fábio Chieppe

empresas com a finalidade de promover o desenvolvimento tecnológico. Esta prática é uma verdadeira aberração, pois, em vez de compartilhar investimentos e riscos, submete o setor produtivo a uma contribuição compulsória não tributária ao caixa da Receita Federal e ao financiamento da pesquisa acadêmica, fato absolutamente inédito no mundo.”

A drenagem de recursos das empresas sem contrapartida em estímulos efetivos tem funcionado, na prática, como uma barreira à inovação continuada no setor produtivo. “Com recursos reduzidos e sem compartilhamento de investimento e risco, não se pode esperar que os empresários, em sua racionalidade econômica, deem resposta sistêmica ao apelo da inovação competitiva”, conclui o diretor da Protec.

## Burocracia e regulação: as barreiras de sempre

Submetidas a uma política macroeconômica adversa e desestimuladas em seu ímpeto inovador, indústrias nacionais de média-alta tecnologia como a da química fina não param de perder competitividade frente aos produtos importados. Como se isso não bastasse, o excesso de burocracia e a lentidão do sistema regulatório, no cômputo geral, também acabam favorecendo as importações.

No segmento agroquímico, segundo Luis Henrique Rahmeier, diretor de Desenvolvimento e Registro da Nufarm, a burocracia é particularmente árdua no registro de produtos. “A burocracia governamental não é exclusividade

“O atual marco legal cria dificuldades, impedimentos e insegurança, aumenta custos e impõe grande morosidade”

*Peter Andersen*

do setor agroquímico. Todos os segmentos da economia sofrem com o seu peso e sua morosidade. Recentemente foi divulgado um ranking da burocracia mundial onde o Brasil aparece na 129ª posição quanto à quantidade, clareza e eficiência de seus processos burocráticos, atrás de países como Nicarágua (117ª) e Suazilândia (115ª), e bem atrás do México (51ª), cuja economia é comparável à brasileira. Porém, no caso da indústria agroquímica o problema da burocracia se potencializa ainda mais, pois além de toda a carga burocrática geral – leis trabalhistas, tributárias e licenças federais, estaduais e municipais dos mais diversos órgãos – comum a todos os segmentos da economia, o produto agroquímico é fortemente regulado; e esse marco regulatório é tão moroso e engessado que não acompanha a evolução tecnológica e a dinâmica do agronegócio, deixando muitas áreas de limbo legal e incertezas nos prazos e critérios de avaliação. Consequentemente, isso produz grande insegurança para novos investimentos produtivos.”

Rahmeier observa que a carga burocrática/regulatória atual agrega muito mais custos e reduz de forma mais drástica a competitividade daqueles que se dispõem a investir na produção local em relação aos que importam produtos prontos. “A avaliação para a aprovação e registro de um produto agroquímico é um processo complexo por si só, mas, além disso, a burocracia pós-registro torna toda e qualquer modificação, por mais simples que seja, um processo incerto, custoso e demorado.”

Para ilustrar o alcance do problema, o diretor da Nufarm conta que “a mudança de local de uma planta de formulação leva dois anos para ser aprovada, embora não implique alteração alguma no produto ou processo produtivo; e o processo de aprovação dos estudos para investimento em uma nova planta de fabricação de princípio ativo leva mais de dois anos, sendo a maior parte desse tempo apenas na fila de avaliação”.

Em vista disso, conclui Rahmeier, os recursos das empresas deslocam-se do investimento produtivo para o investimento em registro de produtos. “No lugar de construir uma fábrica no país, passa a ser mais vantajoso licenciar fabricantes e formuladores no exterior.” E no lugar de desenvolver inovações, pelo visto é também mais vantajoso trazê-las de fora. “Por que investir em inovação (misturas, tipos de formulação etc.) ou desenvolver novos usos quando a prioridade dos órgãos reguladores é justamente registrar formulações e usos exatamente iguais aos dos produtos já existentes?”, questiona o diretor da Nufarm.

No segmento de agroquímicos a burocracia tem funcionado como uma barreira assimétrica, mais rigorosa para a indústria local do que

para serem regulamentadas. As alterações na Lei nº 8.666 (Lei das Licitações), necessárias para que o Estado possa exercer o seu poder de compra nos segmentos priorizados pela política industrial, foram preconizadas antes de 2004 e só foram concretizadas em dezembro de 2010, pela Lei nº 12.349.”

A instrumentalização do poder de compra do Estado em benefício da indústria nacional, ainda que de forma tímida e limitada, tem sido decisiva para a manutenção da vitalidade do segmento farmoquímico. Segundo Nicolau Lages, esse mecanismo “permite que as empresas invistam em pesquisa para desenvolver e aprimorar os processos de fabricação dos produtos. O fornecimento continuado incentiva que as empresas façam inovações nos seus proces-

O diretor da Nortec entende que o impulso dado por esse modelo de parceria “deve agora ser canalizado para o aumento da capacidade produtiva da indústria e da sua competitividade no mercado interno, o que permitirá, de imediato, substituir importações e, num segundo momento, exportar, contribuindo para a redução do déficit da balança comercial e a geração de empregos no país”.

As barreiras regulatórias na área farmacêutica, consubstanciadas principalmente na falta de isonomia entre o produto nacional e o importado, foram atenuadas com a regulamentação pela Anvisa, em 2010, da importação de insumos farmacêuticos ativos. Mas, segundo Peter Andersen, da Centroflora, “ainda não temos ciência da aplicabilidade e



foto: André Telles

“Com recursos reduzidos e sem compartilhamento de investimento e risco, não se pode esperar que os empresários, em sua racionalidade econômica, deem resposta sistêmica ao apelo da inovação competitiva”

Roberto Nicolsky

para os importadores. “Se por um lado é claro o desejo do governo de estimular o desenvolvimento do setor produtivo, por outro lado a máquina burocrática governamental age decisivamente para que isto não aconteça”, lamenta Rahmeier. “O sistema atual leva as empresas a investir e produzir fora do Brasil, explorando o mercado brasileiro apenas na sua dimensão de mercado consumidor.”

O segmento farmoquímico também sofre com o peso da burocracia. “Certamente o maior problema decorrente da burocracia é a lentidão”, afirma Nicolau Lages, da Nortec. “O tempo gasto entre a promessa, o ato jurídico e a obtenção dos seus resultados práticos leva meses ou até anos. Podemos citar como exemplos a Lei do Bem e a Lei da Inovação, que levaram respectivamente sete meses e dez me-

ses, alcançando rendimentos melhores e, conseqüentemente, preços menores”.

Lages lembra que essa boa fase da indústria nacional de fármacos se deve ao bem montado modelo das parcerias público-privadas objeto da Portaria nº 978 de 2008 (atual Portaria nº 1.284 de 2010), que envolve quatro partes: a empresa farmoquímica brasileira, o laboratório privado, o laboratório público e o Ministério da Saúde. “O importante é que todas as partes ganham com a parceria, e ganha também a população, porque se amplia o acesso aos medicamentos a preços mais baixos, assim como a garantia desse acesso. Isto porque a tecnologia do fármaco é repassada para a empresa farmoquímica brasileira e a tecnologia da formulação para o laboratório oficial, viabilizando, rapidamente, a fabricação do medicamento no país.”

dos controles deste regulamento”. O empresário sugere, como medida de incentivo à produção local, que a agência reguladora proceda à avaliação de estudos para viabilizar a inclusão de novas espécies no regime de registro simplificado, “já que grande parte dos produtos fitoterápicos do mercado nacional se beneficia desse tipo de registro”.

Uma barreira burocrática quase inexpugnável enfrentada pelo segmento de fitoterápicos se refere ao acesso a material genético, potencial fonte de inovações no setor. “O atual marco legal não estimula o acesso”, lamenta Andersen. “Ao contrário, ele cria dificuldades, impedimentos e insegurança, aumenta custos e impõe grande morosidade a esses processos, incompatível com a lógica do desenvolvimento de novos produtos. É indiscutível a relevância, para um país megadiverso como o Brasil,

de se regular o acesso aos recursos genéticos. Entretanto, o sistema vigente tem trazido insegurança jurídica e dificultado as pesquisas. É fundamental que nosso marco legal seja inteligente o suficiente para atrair investimentos para o desenvolvimento de produtos oriundos da biodiversidade brasileira. Tenho a convicção de que a conservação de nossas florestas e o desenvolvimento local passam pela agregação de valor à nossa biodiversidade, e o acesso aos recursos genéticos é a mola propulsora de todo este processo.”

Fora dos segmentos submetidos ao sistema de regulação e vigilância sanitária, também há dificuldades de ordem burocrática. Rodrigo Pinto, da FCC, aponta a existência de barreiras na área da inovação. “No nosso caso o efeito da burocracia é mais evidente no acesso a linhas de crédito especiais para inovação. As linhas existem e são de fato bem mais atrativas do que os financiamentos normais oferecidos pelo sistema financeiro. Porém, o acesso a elas é muito difícil e complexo. Além de termos que convencer os analistas de que uma planta de catalisadores de refino de petróleo sem similar no Brasil é de fato inovadora, ainda é necessário passar por uma série de etapas que são custosas para uma empresa de médio porte. Acho que deveria haver algum tipo de *fast track* para aprovação dessas linhas especiais de crédito no caso de investimentos em produtos ou processos ainda não existentes no Brasil.”

## Agenda Legislativa: a CNI em ação

Para que os esforços empreendidos nos anos 1970 e 1980 em prol da industrialização do país não se percam em tempos de economia globalizada e de concorrência mundial predatória, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) organizou e atualiza há 16 anos a Agenda Legislativa da Indústria, que, segundo o presidente da entidade, “é o diálogo mais duradouro e transparente que um grupo da sociedade mantém com o Congresso Nacional”.

A Agenda lista projetos em exame no Congresso que interessam à indústria nacional interromper, bem como aqueles cuja tramita-

foto: José Paulo Lacerda / CNI



“O Brasil é talvez o único país do mundo que tributa investimento produtivo”

Robson Braga de Andrade

ção, ao contrário, se deseja acelerar. Elaborada a partir de ampla discussão, como voltou a ocorrer este ano, com a participação de cerca de 280 representantes das 27 federações estaduais de indústria e de mais de 50 associações setoriais nacionais, na Agenda de 2011 foram analisados cerca de 400 projetos, que resultaram numa lista de 129. A partir desse universo é montada a chamada pauta mínima, reunindo as propostas que a indústria considera altamente prioritárias – ou seja, de grande impacto, positivo ou negativo, nos negócios. São 21 os projetos da pauta mínima deste ano, 11 dos quais tratam de redução de custos e oito abordam segurança jurídica. Segundo Robson Braga de Andrade, a Agenda Legislativa transcende o aspecto corporativo, na medida em que tem por objetivo maior estabelecer um ambiente legal que torne mais competitivas as empresas brasileiras.

“A indústria vive um momento crucial”, afirma o presidente da CNI. “Por um lado, enfrenta elevados custos tributários, logísticos, de infraestrutura, salariais, de energia e de crédito. São custos absolutamente incompatíveis com a realidade do mercado internacional e de uma economia globalizada, em que a concorrência é feroz. Por outro lado, tudo isso ocorre numa situação de valorização cambial. Ou seja: perdemos competitividade de todos os lados, o que significa perder mercados, interna e externamente. Daí a urgência de se votar projetos que ampliem a competitividade, removendo os obstáculos que representam alta de custos. Como mencionei no lançamento da Agenda Legislativa, em março último, o Congresso é o grande palco de debates sobre políticas públicas que impactam a atividade produtiva. Não há tempo a perder, portanto. Precisamos votar urgentemente projetos estruturantes,

tais como, para citar somente dois exemplos, a adoção do cadastro positivo e a regulamentação do trabalho terceirizado.”

A desoneração dos investimentos produtivos, para Andrade, é “prioridade zero. O Brasil é talvez o único país do mundo que tributa investimento produtivo. Uma das 21 propostas que integram a pauta mínima é justamente o Projeto de Lei nº 6.530/2009, que determina o crédito do IPI recolhido na compra de bens e insumos usados, direta ou indiretamente, na atividade produtiva. Substitui a sistemática de crédito físico, que se restringe aos insumos incorporados nas mercadorias vendidas, pelo conceito de crédito financeiro, que permite o aproveitamento contábil dos créditos referentes ao valor integral do IPI recolhido num determinado período, independentemente do fim a que se destina cada aquisição. Assim, promove uma efetiva desoneração dos investimentos e das exportações. Obviamente, o PL nº 6.530/2009 tem nosso total apoio.”

Se o governo pretende estancar a sangria da desindustrialização sem alterações substanciais na política macroeconômica, a reforma tributária deve ser encarada como um projeto para “ontem”. Por que ainda estamos, neste assunto, praticamente na estaca zero? O diretor da Nortec expressa assim a sua perplexidade: “Há no Brasil uma resistência inexplicável por parte do governo à proteção do mercado interno. Os mecanismos existem, mas o governo reluta em usá-los, e os custos da omissão, expressos, por exemplo, na queda da arrecadação de tributos e no aumento do desemprego, vão ficando caros para o país.”

# A indústria, a inovação e o desenvolvimento de um país

Pedro Wongtschowski

Pedro Wongtschowski é engenheiro químico, mestre e doutor em engenharia. Há 34 anos ingressou no Grupo Ultra, tendo sido durante 14 anos diretor superintendente da Oxiteno. Desde 2007, ocupa a posição de diretor presidente da Ultrapar S.A., holding controladora das empresas Ultra.



foto: Marcos Issa / CNJ

O contexto econômico brasileiro não é favorável à indústria nacional, em especial devido a um câmbio em queda, a despeito de vários esforços da Fazenda, uma taxa de juros que permanece como uma das maiores do mundo, e uma carga tributária além de alta, complexa. O que o empresário nacional pode fazer?

*A situação macroeconômica do Brasil, aliada às conhecidas deficiências da infraestrutura brasileira, não é incentivadora da atividade industrial. Uma forma de tentar, pelo menos parcialmente, compensar esses fatores negativos é através da inovação. É a inovação que vai nos possibilitar competir de forma diferenciada, com produtos melhores, de menor custo, e mais adaptados à demanda de um cliente mais exigente. A inovação está hoje também muito atrelada à sustentabilidade e à redução do impacto ambiental. É muito difícil pensar hoje em um produto inovador que não use menos energia, utilize melhor recursos naturais, e alavanque tecnologias mais limpas. Dessa forma, a inovação também traz, no seu rastro, produtos mais sustentáveis. A inovação é hoje componente indispensável para que a indústria nacional combata essas adversidades macroeconômicas e ache seu espaço de forma competitiva.*

A despeito desse entendimento de que a inovação é uma solução, o investimento privado em P,D&I andou praticamente de lado nos últimos anos, em porcentagem do PIB, se mantendo abaixo de vários países em desenvolvimento, sem falar em casos de sucesso como Coreia e China. Por que o empresariado nacional tem essa aparente dificuldade em investir em P,D&I?

*O empresariado nacional se vê pressionado com temas que algumas vezes precisam de uma solução imediata e, nesse contexto, investimentos de médio e longo prazo, como a inovação, acabam sendo relegados a um segundo plano. Há ainda um componente histórico importante. Durante muito tempo, vivemos uma economia fechada onde produtos inovadores do mercado global demoravam em chegar ao Brasil. Havia também um contexto de alta inflação que distorcia o comportamento empresarial. Nesse ambiente, a sobrevivência das empresas dependia muito mais da administração do dia a dia do que da administração da inovação. Finalmente, há um componente na dificuldade de acesso a recursos. Apesar dos avanços no marco legal da inovação, com uma crescente oferta de linhas de financiamento e incentivos, a prática desses instrumentos ainda é complicada, representa uma ciência à parte, ainda hermética para a maioria das empresas, em especial a pequena e média indústria.*

E quanto ao investimento público? Qual a sua opinião sobre as práticas atuais?

*É inegável o avanço que tivemos nos últimos anos no marco legal da inovação, no Brasil. A Lei do Bem, em especial, conseguiu aliar duas demandas da indústria, quais sejam, a desoneração tributária e o incentivo à inovação. A Lei da Inovação, a regulamentação do Funtec e o aumento do escopo dos Fundos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCTs) geraram um aumento real no investimento público em P,D&I. No entanto ainda é pouco. Levamos toda a última década para que o investimento, medido como percentual do PIB, aumentasse de 0,73 para 0,84. Apenas como referência, a média de investimento em P,D&I na União Europeia é de 2,3%. A indústria concorre com vários agentes para ter acesso e esse recurso. Cerca de 50% vão para as universidades e pós-graduação, formando mestres e doutores que, em sua maioria, não vão para a iniciativa privada. Segundo o Pintec, de 2005 a 2008, formamos mais de 30 mil doutores mas apenas 468 foram trabalhar em atividades de P,D&I na iniciativa privada.*

*O FNDCT representa menos de 10% dos recursos totais públicos e, destes, menos de 1/3 se apresentam como recursos de subvenção à indústria, através dos editais da Finep.*

*A falta de entendimento do investimento pré-competitivo é outro problema. Esta fase tão crítica, entre o teste de conceito em laboratório e a primeira planta em escala industrial, tem muitos riscos tecnológicos e comerciais e envolve investimentos significativos. No entanto, temos grande dificuldade de enquadrar investimentos desse tipo nas linhas existentes de financiamento e subvenção à inovação.*

O senhor mencionou a Lei do Bem como um dos bons instrumentos de investimento público em P,D&I. Apesar do seu potencial indutor da inovação tecnológica no setor privado, após 4 anos da sanção da lei a sua adoção ainda se resume a menos de 500 empresas. O que poderia ser feito para ampliar a sua utilização?

*Considero a Lei do Bem como um dos maiores avanços que tivemos nos últimos anos. No entanto é fato que as empresas ainda têm sido tímidas no seu uso. Penso que existam três fatores principais para sua baixa utilização. O primeiro é o escopo. Hoje a lei deixa de fora todas as empresas que utilizam o mecanismo de lucro presumido. Empresas que em um determinado ano não apresentem lucro*

*tributável real também não podem usufruir do benefício. Isso não faz sentido, pois exclui pequenas e médias empresas inovadoras, start-ups, além de novamente tentar inserir um conceito de curto prazo para um investimento de longo prazo. O segundo é a insegurança jurídica. A falta de uma instrução normativa por parte da Receita Federal gera uma insegurança nas empresas ao classificar seus gastos como inovação tecnológica. Finalmente o tamanho do incentivo poderia ser revisto. Atualmente apenas de 60 a 100% das despesas podem ser abatidas da base de cálculo do IRPJ. No entanto, devido a dificuldades técnicas e conjunturais, por exemplo o ciclo para obtenção de patentes de até 8 anos, o percentual acaba sendo próximo do mínimo para a maioria das empresas. Por que não expandir esse percentual para 120 ou 150%, mesmo que em caráter temporário ou para as indústrias mais inovadoras?*

*Recentemente, fiz parte de um esforço da CNI, através da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), para identificar um conjunto de 10 oportunidades de melhoria no nosso marco legal. Esse trabalho foi recentemente apresentado a autoridades do MCT, BNDES e MDIC e esperamos avanços.*

A subvenção à inovação diretamente à iniciativa privada é uma prática comum em vários países. Por que essa prática não é similarmente desenvolvida no Brasil?

*A subvenção à inovação diretamente para a indústria tem um potencial indutor, tão grande quanto a Lei do Bem. No entanto há aí um aprendizado. Primeiro os recursos ainda são muito pequenos para serem materiais. Em 2009 apenas R\$ 466 milhões foram investidos nessa modalidade, abrangendo apenas 261 empresas. Segundo, os editais de convocação são muito complexos e estabelecidos em ciclos anuais e muitas vezes com alterações nas áreas priorizadas. Por que não estabelecer áreas estratégicas por um período de, digamos, 5 anos e permitir que as empresas pleiteiem recursos a qualquer momento? Terceiro, penso que os projetos deveriam ser julgados pelo seu valor e contribuição intrínsecos e não serem obrigados a competir uns com os outros.*

# ABIFINA <sup>25</sup>anos

## 25 anos de compromisso com a indústria nacional



Da abertura política à liberalização comercial, o Brasil passou por profundas transformações em sua economia e estrutura produtiva. Em cada um desses momentos, a ABIFINA esteve presente, defendendo as decisões estratégicas para o desenvolvimento sustentado do país, com foco na fabricação local e na inovação tecnológica, sempre amparada em princípios éticos. O marco legal para C&T&I, a Lei sobre Patentes Industriais e, mais recentemente, a articulação empresarial visando à criação do Complexo Industrial da Saúde, são apenas alguns capítulos escritos na história brasileira com a contribuição da ABIFINA. Em junho de 2011, a entidade completou 25 anos, com a certeza de que vem cumprindo coerentemente sua missão, graças às parce-

rias estabelecidas com os setores público e privado. A firme persistência de homens e mulheres que, juntos com a ABIFINA, têm lutado pelo desenvolvimento da indústria nacional demonstra a capacidade do Brasil de se mobilizar. É a prova de que o setor produtivo tem visão de futuro e se compromete com um país melhor.

Para celebrar essa longa batalha por ideais comuns, a ABIFINA reuniu, no dia 10 de junho, seus parceiros e amigos em uma festa realizada no restaurante Laguiole, no Museu de Arte Moderna (MAM), Rio de Janeiro. Foram momentos repletos de reencontros, boas recordações e discursos emocionados. Dirigentes empresariais e autoridades públicas prestigia-

ram o evento. A união de todo o grupo ali presente – uma expressão de força da entidade – foi justamente o que inspirou as palavras do presidente da ABIFINA, Jean Daniel Peter, durante a cerimônia. “Temos solidariedade entre associados e em nossas relações externas, tanto públicas como privadas. Temos capacidade para crescermos juntos”, declarou.

Jean Peter aproveitou para destacar os desafios que a ABIFINA ainda tem pela frente. “Nesses anos, presenciamos muitas alegrias, como o crescimento da indústria de genéricos, que foi fantástico e deve ser um exemplo. Nos próximos 25 anos, gostaria de também poder celebrar o crescimento dos setores químicos.

Acredito muito na capacidade do Brasil de recriar nossa indústria farmoquímica e de defensivos agrícolas”, afirmou.

O mesmo sentimento de constante reinvenção necessário à ABIFINA foi compartilhado pelo primeiro presidente da entidade, José Correia da Silva, que hoje está à frente da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi). Ele lembrou que a criação da ABIFINA ocorreu em um momento de dificuldades na economia nacional. Sem condições de importar, o governo convocou os empresários a juntarem forças para produzir localmente “um bicho-papão que na época se chamava química fina”.

Porém, cenários político-econômicos posteriores impuseram ameaças à constituição de uma indústria soberana. Os entraves sempre foram combatidos pela ABIFINA. “Precisamos nos reinventar quando (Fernando) Collor tomou posse e abriu as fronteiras comerciais; quando Fernando Henrique Cardoso era relator do projeto de propriedade industrial e precisamos explicar o que assunto representava para as empresas nacionais de química fina; e quando tivemos de agregar outros segmentos a nossos processos”, contou, orgulhoso, o ex-presidente da entidade.

Para Marcos Oliveira, vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, a entidade tem como marca a atuação combativa e a firme defesa da industrialização do Brasil com empresas nacionais, e não apenas com subsidiárias estrangeiras.



“A ABIFINA representa, no sentimento e na certeza de cada um de nós, que é possível produzir movimentos transformadores na sociedade”  
Dirceu Barbano

“A ABIFINA sempre se pautou por políticas industriais que favorecessem o desenvolvimento nacional, mesmo nos períodos em que o governo não tinha políticas industriais claras.”

## Parcerias de sucesso

A constante sinergia entre a ABIFINA e os Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Saúde (MS) foi determinante para a construção de uma visão institucional que conciliasse o crescimento da pesquisa científica, a inovação, a saúde e o bem-estar social. Este processo foi recordado pelo Secretário Executivo do MCT, Luiz Antonio Elias, primeira autoridade convidada a discursar. Elias colocou o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, como seu grande mestre, ao lado dos economistas Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado.

“A ABIFINA sempre propôs políticas públicas voltadas para a indução do conteúdo local e do empresariado local, tomando a frente de um processo de construção da competitividade da economia

brasileira”, afirmou Elias, em seu discurso na festa de confraternização. “Estar aqui hoje traz a emoção de encontrar velhos amigos e companheiros. Lembro que a ABIFINA foi uma parceira incansável no processo de discussão do Código da Propriedade Industrial, transformado na Lei de Patentes. Quantas discussões e polêmicas tivemos! Nossa parceria foi essencial para a criação de instrumentos relevantes para a sociedade”, garantiu.

## História viva

Em 1986, ao mesmo tempo em que a ABIFINA era constituída, surgia no país o ideário de que seria preciso desenvolver conhecimento sobre fármacos e medicamentos para se ter soberania na área. O presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, segunda autoridade convidada a falar, relatou em seu pronunciamento, que acompanhou essa história, quando era presidente do diretório acadêmico dos estudantes de farmácia.

“Ouvimos dizer, em Campinas, que havia sido criada em São Paulo uma associa-

“Temos solidariedade e capacidade entre nossos associados e em parceiros externos para crescermos juntos”

Jean Daniel Peter  
Presidente da ABIFINA



“A ABIFINA sempre esteve presente no processo de proposição de políticas voltadas para a indução do conteúdo local”

Luiz Antonio Elias



ção das indústrias de química fina. Vimos o surgimento da ABIFINA como um sinalizador de que aquilo que sonhávamos era possível. Hoje, a pequena palavra ABIFINA compõe algo que já não é mais o imaginário de um estudante de farmácia de 1986. Ela representa, no sentimento e na certeza de cada um de nós, que é possível produzir movimentos transformadores na sociedade”, emocionou-se Barbano. “Nossas empresas reconhecem ser possível o encontro da regulação sanitária com o amparo ao desenvolvimento econômico e social do país. Vamos perseguir isso nos próximos anos e tenho certeza de que a ABIFINA continuará nos ajudando a encontrar os melhores caminhos!”, vibrou.

Encerrando o pronunciamento dos representantes do Poder Executivo, ouvimos o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS, Carlos Gadelha, que esteve presente ao evento representando o ministro Alexandre Padilha. Gadelha destacou em seu pronuncia-

mento que, após os avanços já obtidos com as parcerias público-privadas, a ABIFINA se mantém como figura articuladora de forças para superar os desafios atuais. “Não podemos abrir mão da química fina. Quem está com o pré-sal debaixo da terra precisa saber que o futuro são os produtos de maior valor agregado. Precisamos ter a tecnologia e o conhecimento como sustentação do desenvolvimento de longo prazo. E a parceria entre o Ministério da Saúde e as empresas privadas nos dá o sentimento de nação necessário”, argumentou o secretário.

Também usaram da palavra, Ogari Pacheco, presidente da Cristália e vice-presidente do segmento farmacêutico da ABIFINA, Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do BNDES e a desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Liliâne Roriz.

Em tom bastante pessoal, Ogari Pacheco, revelou que a entidade lhe permite o

privilegio de assumir simultaneamente os papéis de empresário, dirigente e cidadão. “Na ABIFINA, não preciso me preocupar com as ‘mudanças de chapéu’, pois estou simplesmente trabalhando para ajudar o desenvolvimento deste país”, disse.

Esse impulso às melhorias foi enfatizado ainda por Pedro Palmeira, que representou o presidente do banco, Luciano Coutinho. “A ABIFINA e o BNDES são parceiros desde a primeira hora em que o banco se debruçou de forma sistemática sobre a iniciativa de reconstruir a indústria de química fina do país. Sempre que o Dr. Nelson Brasil pega o telefone e eu ouço do outro lado: ‘meu nobre...’, sei que ele vem me tirar da zona de conforto”, brincou. “E quantas vezes, por conta de um telefonema, a ABIFINA fez o BNDES avançar em suas políticas. Queria congratular a entidade por essa história de sucesso e as pessoas com quem convivi e aprendi a admirar”, declarou Palmeira.



“A ABIFINA fez o BNDES avançar em suas políticas”  
Pedro Palmeira

“Não podemos abrir mão da química fina. Quem está com o pré-sal debaixo da terra precisa saber que o futuro são os produtos de maior valor agregado”

Carlos Gadelha



Para a desembargadora Liliâne Roriz, o aniversário da ABIFINA foi um bom momento para reforçar a necessidade de se conduzir o Brasil em direção ao desenvolvimento sustentável por meio da inovação. “Depois de 15 anos da Lei de Propriedade Industrial, ainda estamos nos deparando com *leading cases*, especialmente de patentes. Geralmente achamos que, nesse tempo, o entendimento de uma lei está maduro. Mas não está. Ainda temos muito a analisar e interpretar”, disse ela, apontando mais um dos desafios que a ABIFINA tem pela frente.

## Dedicação retribuída

A comemoração dos 25 anos da ABIFINA não poderia deixar de homenagear personagens que dedicaram anos de suas vidas para escrever a história da entidade. Confira esses momentos.



A Libbs Farmacêutica foi presenteada com uma placa que celebra sua importância como uma das empresas fundadoras da ABIFINA e a única que permanece nos quadros da entidade desde então. Fundador também da Libbs, Alcebiades de Mendonça Athayde recebeu a homenagem. Ele destacou a sintonia de ideais entre a empresa e a ABIFINA. “Estamos dando nossa pequena contribuição para o país, evitando despesas, buscando sintetizar matérias-primas de qualidade e inovando em nossos produtos.”

Carinho e agradecimento marcaram a homenagem da equipe da ABIFINA ao vice-presidente da entidade, Nelson Brasil de Oliveira, um de seus fundadores e eterno militante. “A ABIFINA é um conjunto harmonioso de três componentes. O primeiro é a atitude dos dirigentes em representar o compromisso das empresas com a fabricação local e a inovação tecnológica, sempre pautados pela ética. O segundo refere-se à equipe: nenhuma entidade se faz só como instituição; ela se expressa por pessoas. E o terceiro fator são as empresas que encampam e legitimam essa luta pelo crescimento do país”, destacou Nelson Brasil.





## Depoimentos que fazem parte da história



“Tenho uma relação histórica com a ABIFINA, desde os tempos em que eu trabalhava na Petrobras e era ligado ao sindicato dos engenheiros. Sempre defendemos a indústria nacional e a geração de valor agregado para o Brasil.”

**Julio Bueno**

*Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro*



“A atuação da ABIFINA é ímpar. Ativa, trabalhadora e eficiente, ela envolve seus parceiros de forma que eles se sentem em casa, sabendo que têm com quem contar para resolver seus problemas.”

**Poliana Silva**

*Vice-Presidente do Laboratório Simões e diretora de Estudos da Biodiversidade da ABIFINA*



“A ABIFINA foi muito importante na criação da Lei de Patentes, dando tempo para as empresas nacionais se prepararem para competir. Nossa parceria dura tantos anos por causa da firmeza que temos em sempre acreditar na independência tecnológica do Brasil.”

**Alcebíades Athayde de Mendonça Junior**

*Diretor de Marketing da Libbs Farmacêutica*

## Conheça nossa trajetória

**1986**

Criação da ABIFINA, em São Paulo, por empresários preocupados com o desenvolvimento da indústria farmacêutica e química nacional

**1988**

Contribuições para a nova Constituição brasileira, em especial para o capítulo sobre mercado nacional, ciência e tecnologia

**1989**

Participação na montagem do acordo GATT de barreiras tarifárias ao comércio internacional, em especial TRIPs, que trata da propriedade intelectual

**1990**

Transferência da sede para o Rio de Janeiro. Elaboração de proposta para atualizar o Código de Propriedade Industrial, transformada em projeto de lei apresentado à Câmara pelo então deputado Luiz Henrique

**1994**

Aprovado o Projeto de Lei sobre Patentes Industriais na Câmara de Deputados, resultado de intensas negociações articuladas pela ABIFINA



“São brilhantes os 25 anos de atuação da ABIFINA, com um trabalho incessante, competente, translúcido e idealista desempenhado por seu comandante, Nelson Brasil e equipe.”

**Dante Alario Junior**

*Presidente Técnico Científico da Biolab*



“O setor cresceu com o apoio da ABIFINA. A entidade congregou as empresas na direção de lutarem para obter capital, pesquisa e desenvolvimento e mão de obra qualificada.”

**Fernando Figueiredo**

*Presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)*



“A Centroflora é parte da entidade há pouco mais de um ano e, neste período, aprendemos a admirar sua competência na luta pelos direitos do mundo farmacêutico, incluindo nessa discussão o segmento de fitomedicamentos. O ponto que mais nos chama a atenção é a forma transparente e ética com que a ABIFINA aborda todas as questões envolvendo o governo – razão pela qual o governo também vê na ABIFINA um interlocutor de qualidade. Construímos pontes entre a sociedade civil e o Estado é o melhor mecanismo para consolidar a democracia brasileira. A celebração dos 25 anos da ABIFINA foi uma amostra dessa competência com a presença dos mais importantes interlocutores da indústria e do governo. Não poderíamos deixar de mencionar a admiração que temos pelo Dr. Nelson Brasil, que luta bravamente por uma indústria bem representada. Esperamos compartilhar muitos anos desta entidade que mostra competência única na condução do importante projeto de um país mais justo e equilibrado.”

**Peter Andersen**

*Presidente do Grupo Centroflora e Conselheiro da ABIFINA*



“Minha história com a ABIFINA começou quando eu trabalhava no INPI. Estabelecemos uma parceria que viria a ser muito produtiva contra os abusos no monopólio de patentes.”

**Vânia Lindoso**

*Procuradora Federal da Advocacia Geral da União (AGU) na Fundação Oswaldo Cruz*



“A ABIFINA é uma entidade diferente das outras, por sua característica agregadora, ao ponto de conseguir articular governo, entidades representativas da indústria e empresas.”

**Isaac Plachta**

*Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Siquirj)*

**1995-2002**

Porta-voz da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no tema propriedade intelectual em todos os encontros internacionais destinados a debater a constituição da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca)

**2002-2006**

Articulação com o setor produtivo em fóruns de competitividade de cadeias produtivas, criados pelo Ministério do Desenvolvimento

**2005-2006**

Discussões sobre a elaboração da Lei do Bem, que consolidou incentivos fiscais automáticos para inovação tecnológica nas empresas

**2006-2011**

Atuação determinante para a montagem do Complexo Industrial da Saúde e do marco regulatório do setor. Encaminhamento de pleitos ao governo para a reindustrialização do Brasil

# ABIFINA 25 anos



1



2



3

1-Nelson Brasil (ABIFINA), Alcebíades de Mendonça Athayde (Libbs) e Jean Peter (ABIFINA)

2-Alexandre Maia (Nufarm) e Camila Salles

3-Akira Homma e Artur Couto (Bio-Manguinhos)



4



5



6

4-Roberto Nicolsky (Protec) e sua esposa Sylvia Grabois Gadelha

5-Isaac Plachta (Siquirj), Manoel Zauberman (Inpal) e esposa

6-Juliana Cossa e Marcus Soalheiro (Nortec)

7- Ambientação, rampa da acesso ao evento



7



8



9

8-Julio Bueno (Governo RJ), Luiz Antonio Elias (MCT), Nelson Brasil e José Correia (Abiquifi)

9-Robert Caggiano (Globe), Jean Peter e Vital Neto (Blanver)

10- Telma Salles (Aché) e Jean Peter



10



11



12

11- Luiz Antonio Elias (MCT), Reinaldo Guimarães, Adriana Diaféria (FarmaBrasil), Marcos Oliveira e Jean Peter (ABIFINA)

12-Jean Peter e José Loureiro (CYG Biotech)

13- Hayne Felipe (Farmanguinhos), Alberto Mansur (Nortec), Nelson Brasil e Nicolau Lages (Nortec)



13



14



15

14- Dirceu Barbano (Anvisa) e esposa

15- Liliâne Roriz e seu esposo Adilson Teixeira de Faria (TRF 2ª Região)



16



17



18

16- Fernando Sandroni (Firjan) e esposa, e Mariana Sandroni (IPD-Farma)

17- Denis Barbosa (DBB Advogados) e sua esposa Elaine Prado

18 - Claudia Craveiro (ABIFINA), Mauro Arruda (Macrotempo), Odnir Finotti (Pró Genéricos) e Vinzenz Plorer (EMS)



19



20



21

19 - Diva Arrepia (ABIFINA), Juliana Cossa (Nortec) e Ricardo Marques (EMS)

20- Nana Moraes, Carlos Gadelha (MS), Ogari Pacheco (Cristália), Zich Moysés (MS) e Jorge Ávila (INPI)

21- Lêlio Maçaira e esposa, Sérgio Almeida e esposa (Laborvida)



22



23



24

22- Edson Kleiber e esposa, Rodrigo Pinto e esposa (FCC)

23- Josimar Henrique da Silva (Hebron) e Roberto Nicolisky (Protec)

24- Ivo Bucaresky (CMED), Reginaldo Arcuri (FarmaBrasil) e Mauro Maia (INPI)



25



26



27

25- Márcia Bueno, Alcebíades Athayde Junior (Libbs) e Ivo Bucaresky

26- Pedro Palmeira (BNDES) e esposa

27- Jacques Siekierski (Brampac) e Nelson Brasil



28



29



30

28- José Correia, Ogari Pacheco (Cristália) e Onésimo Pereira Azara (Abiquifi)

29- Tulio Oliveira (Aenda) e Alexandre Maia

30- Nelson Brasil e Alcebíades de Mendonça Athayde



31



32



33

31- Nelson Brasil e sua esposa Marta Oliveira

32- Reinaldo Guimarães, Odilon Costa (Cristália) e Ogari Pacheco

33- Camile Bernardes, Ana Cláudia Oliveira, Luciana Bitencourt, Diva Arrepia e Fernanda Costa (ABIFINA)



34



35



36

34- Vânia Lindoso e Claudia Chamas (Fiocruz)

35- Márcia Bueno, Alcebiades de Mendonça Athayde (Libbs) e Ana Athayde, filha do homenageado.

36- Ulrich Meier e Fernando Figueiredo (Abiquim)



37



38



39

37- Luciana Bitencout, Gloria Marcia Percinoto (DBB) e Claudia Craveiro

38- Paulo Gadelha (Fiocruz), Jorge Costa (Fiocruz) e esposa, e Jean Peter

39- Poliana Silva (LabSimões) e Fabiano Galino (Firjan)



40



41



42

40- Peter Andersen (Centroflora), Ricardo Dias (Centroflora) e Telma Salles

41- Daniela Tabak (Cristália) e Adelaide Pacheco

42- Marcos Oliveira e esposa com a Equipe ABIFINA

## momentos...



Comemoração do natalício do Sr. Alcebiades Athayde à zero hora do dia 11 de junho

# Instrumentos de apoio ao Complexo Industrial da Saúde

Carlos Gadelha • Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS

## **Em que fase se encontra a regulamentação da Lei nº 12.349/2010, em especial no que se refere ao Complexo Industrial da Saúde?**

A Lei nº 12.349/2010 abre novas possibilidades para o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (CIS). As inovações que essa lei trouxe no marco regulatório permitem que as compras públicas possam influenciar de maneira mais direta no desenvolvimento industrial e de inovação em saúde no país. A possibilidade de o Estado, a partir da sanção dessa lei, poder conceder preferência nas compras públicas a produtos e serviços nacionais é uma interessante ferramenta para impulsionar a produção nacional de medicamentos e equipamentos e, assim, buscar a redução do déficit de nossa balança comercial.

A ideia de fortalecer a produção nacional não é uma posição de afrontamento às relações comerciais transnacionais. O problema é que com nossos laboratórios perdendo em competitividade para os estrangeiros, a própria capacidade de inovação e pesquisa fica comprometida. Não é um déficit apenas comercial, mas também de conhecimento. Por isso, é importante buscar soluções para que o CIS se fortaleça.

Para que essas mudanças consigam cumprir seus objetivos, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) está organizando um grupo de trabalho específico para analisar como essas mudanças podem impulsionar o desenvolvimento industrial e de inovação em saúde.

## **Quais são os produtos que merecerão prioritariamente os benefícios das compras públicas?**

Em 2010, o Ministério da Saúde fez uma atualização da Lista de Produtos Estratégicos no âmbito do Sistema Único de Saúde através da Portaria nº 1.284/2010 ([http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria1284\\_070710.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria1284_070710.pdf)). Essa lista define quais são os produtos que devem ser alvo de políticas públicas que busquem o incremento da produção local, da inovação, de transferência de tecnologia e de mecanismos de regulação. Sendo assim, nas compras públicas, esses medicamentos e equipamentos continuarão recebendo atenção especial. Essa lista deve

passar por um processo de revisão e atualização ainda este ano para garantir que os itens contidos nela realmente sejam os prioritários para o desenvolvimento do SUS e do CIS.

## **Quais são os critérios básicos para a constituição de parcerias público-privadas na área do CIS?**

O Ministério da Saúde em articulação com o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde possui alguns critérios estabelecidos para a aprovação de parcerias público-privadas entre laboratórios públicos e produtores privados de fármacos e medicamentos. As parcerias devem buscar o fortalecimento dos laboratórios públicos e permitir a ampliação de seu papel de regulação de mercado. Além disso, devem estimular a produção local de produtos de alto custo ou de grande impacto sanitário e social. Por fim, devem fomentar a capacidade produtiva da indústria farmoquímica nacional.

## **As contratações da fabricação local serão feitas segundo programas plurianuais?**

As vantagens e desvantagens relacionadas às contratações através de programas plurianuais ainda estão sendo discutidas pelo Ministério da Saúde. Portanto, ainda não há uma decisão definitiva de que as contratações serão feitas dessa maneira. Porém, quando se trata de parceria para o desenvolvimento produtivo estabelecemos compromissos por até cinco anos para permitir o desenvolvimento de todo o ciclo tecnológico.

## **E a inovação tecnológica como se encontra nesse contexto?**

Devemos aprofundar por meio da nova regulamentação da Lei nº 12.349 que o MS vem articulando com os ministérios integrantes da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) fazendária, industrial e tecnológica.

Na realidade, os critérios da inovação e do acesso universal em saúde constituem os grandes pilares da atual política de desenvolvimento do CIS.

## ABIFINA comenta a notícia

### Governo endurece leis de defesa comercial

Estadão, 30/4/11



### Ainda é pouco

O governo anunciou um procedimento burocrático mais rígido para conter a invasão de produtos importados no país. Daqui por diante, o importador que estiver sob investigação de *dumping* não terá mais direito à licença automática de importação e terá que solicitá-la manualmente à Receita, o que pode acarretar atraso na liberação da mercadoria de até 60 dias. O MDIC pretende, com isso, evitar a antecipação de compras e a formação de estoques por parte de importadores que estejam sob ameaça de taxação *antidumping*.

A medida é paliativa e parece destinada apenas a sinalizar que o governo está atento ao mercado. Em realidade, para surtir algum efeito, táticas de defesa comercial deveriam ser aplicadas de forma exaustiva, como faz a Argentina. Mas nesse caso estaríamos violando as regras da OMC, como faz a Argentina, e nós a criticamos publicamente por isso. O governo brasileiro deveria adotar medidas de mais longo alcance, tais como baixar juros e enfrentar corajosamente, sem subterfúgios, o problema da desvalorização artificial das moedas em face do real. Na área monetária, o único país com alguma densidade política e econômica que cumpre as regras do *establishment* é o Brasil.

### Guerra biológica

Folha de SP, 1/5/11



### Por um regulamento justo

Os grandes laboratórios transnacionais estão atuando de forma orquestrada para tentar influir na regulamentação do registro de biossimilares pela Anvisa, de forma a dificultar a entrada no mercado de produtos genéricos desse segmento. Laboratórios públicos nacionais e a Associação Pró-Genéricos estão atentos e defendem uma regulamentação que, sem prejuízo da segurança sanitária, mantenha aberto o acesso dos fabricantes nacionais ao mercado de biofármacos. Para o imunologista Jorge Kalil, diretor do Instituto Butantan, a briga se resume a não deixar que a exigência de estudos longos impeça o Brasil de produzir esses medicamentos.

Em realidade, o que se deve buscar é a adequação dos requisitos técnicos para a aprovação do registro de produtos biossimilares às reais necessidades

de segurança sanitária. Medicamentos que já vêm sendo usados há bastante tempo com sucesso, e que são produzidos dentro de padrões uniformes, devem ter exigências de registro menores do que as novas aplicações de produtos biológicos. A Anvisa está sensibilizada para os diversos aspectos da questão e a construção da plataforma regulatória nessa área certamente vai considerar esses fatores.

### Nem todos querem exportar valor agregado

Valor Econômico, 28/4/11



### Imediatismo perverso

Analistas da corrente neoliberal recorreram ao exemplo da Vale para lançar uma contraofensiva à tese de que o atual processo de desindustrialização é prejudicial à economia brasileira. Questionando por que a Vale deveria investir em siderurgia num momento em que há excesso de produção de aço no mundo e as cotações do minério de ferro aumentam com força a cada ano, o ex-diretor do Banco Central, Alexandre Schwartzman, ferrenho defensor de uma política rentista, lembrou que a diretoria da empresa convive com “os acionistas fungando em seus cangotes”. Do lado oposto, economistas como Fernando Cardim de Carvalho, da UFRJ, destacaram a histórica volatilidade dos preços das *commodities*, a baixa qualificação dos empregos da economia primária e a necessidade de o país investir em ganhos de longo prazo para sustentar seu crescimento. “Estamos surfando na fase boa da volatilidade, mas nós sabemos o que ocorre quando vem a fase ruim”, argumenta Carvalho.

Efetivamente, a agregação de valor aos produtos exportados resulta em diversos benefícios para o país, em especial o impacto positivo sobre o emprego e a renda do trabalhador. Comparando-se os valores agregados do produto industrial e do produto agrícola, claramente se verifica uma enorme vantagem do primeiro, distribuída ao longo de variadas e complexas cadeias produtivas.

### OMC discute “guerra cambial” a pedido do Brasil

Estadão, 11/5/11



### Sem eficácia

Depois da fracassada tentativa de sensibilizar o G-20 para o problema da “guerra cambial”, o Brasil conseguiu colocar o tema na agenda oficial da OMC. Entretanto, como a ideia de debater o assunto em nível multilateral sofre resistência dos EUA, da China e da Europa, são praticamente nulas as chances

de se chegar a algum resultado. O cumprimento de uma agenda de trabalho de dois anos, recheada com estudos e seminários para avaliar até que ponto o câmbio afeta o comércio, provavelmente não passará dos limites, já explicitados pela China, de um debate “apenas acadêmico”.

Todos os países importantes no comércio internacional estão jogando o pôquer cambial, por meio de manipulações unilaterais de suas moedas via controles externos ou políticas fiscais. A taxa cambial brasileira necessita ser monitorada através de medidas compensatórias para manter a competitividade da produção interna no mercado internacional. E isto se faz com políticas públicas, em especial na área fiscal.

## China vai usar sua moeda para 50% do comércio até 2015

Folha de SP, 13/5/11



## O poderoso yuan

Um executivo global do setor bancário prevê que o uso do yuan no comércio exterior chinês, hoje limitado a 7%, atingirá em 2015 nada menos do que 50%. Segundo Rakesh Bhatia, diretor de comércio e serviços internacionais do HSBC, trata-se de uma estratégia da China de aumentar a importância mundial da sua moeda. O yuan já ultrapassou a libra como moeda de preferência no pagamento de compras e vendas do comércio global e agora está em terceiro lugar nesse ranking, atrás apenas do dólar e do euro.

A diferença entre Brasil e China é que o Brasil ainda acredita no receituário do Consenso de Washington, enquanto a China e os próprios Estados Unidos, com uma visão bem mais pragmática, enfrentam sem rodeios o problema, colocando as respectivas moedas a serviço do desenvolvimento de suas próprias economias.

## Fim da preferência comercial

Estadão, 16/5/11



## Cada um por si

O Itamaraty bem que se esforçou ultimamente para manter o Brasil na lista dos países em desenvolvimento que se beneficiam de preferência tarifária da União Europeia. Mas a exclusão acabou se consumando, com o objetivo, explicitado pelo comissário de Comércio da UE, de estimular os países excluídos a buscar acordos comerciais com o bloco europeu.

O sistema de preferências tarifárias constitui, em sua essência, um instrumento que vinha sendo utilizado pelos países de primeiro mundo para apaziguar mercados emergentes e subdesenvolvidos, concedendo-lhes uma espécie de migalha em retribuição ao muito que têm deles sugado. Após a crise de 2008, da qual o primeiro mundo ainda não se refez, a “caridade”

foi suspensa pois os países desenvolvidos necessitam “raspar o fundo do tacho” para salvar suas economias. Agora, ganha quem for mais competente e arrojado.

## Os subsídios chineses absolvidos

Estadão, 16/5/11



## Precedente perigoso

Artigo do economista Pedro Motta da Veiga comentou a decisão do Órgão de Apelação da OMC em favor da China no contencioso com os EUA envolvendo subsídios às exportações por parte de bancos e empresas chinesas, que os norte-americanos pretendiam retaliar com medidas compensatórias. O Órgão de Apelação reverteu conclusão anterior do Órgão de Solução de Controvérsias e decidiu que não há evidências suficientes para caracterizar tais bancos e empresas, braços operacionais na política industrial chinesa, como “órgãos públicos”. Segundo Motta Veiga, essa decisão cria um precedente que pode fortalecer, nos Estados Unidos, correntes políticas favoráveis ao uso unilateral de mecanismos para lidar com o “problema chinês”.

Desta vez, infelizmente, a ortodoxia da OMC derrotou uma correta visão dos Estados Unidos. Somente os burocratas da OMC não sabem que a economia chinesa é de mercado exclusivamente “para inglês ver”, posto que subsidia e controla com mão de ferro a produção interna do país.

## Déficit do governo no setor de remédios triplica; indústria do país terá regalias

Estadão, 17/5/11



## Sinal de alerta

O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, anunciou que o governo prepara novas medidas de apoio à produção farmacêutica nacional para conter o déficit comercial do setor, que já atinge US\$ 10 bilhões. Gadelha corretamente atribuiu parte do problema à valorização do real frente ao dólar. Outra explicação é a explosão da demanda de medicamentos no Brasil. Confiamos na continuação, pela presidente Dilma Rousseff, da política de preferência à produção local inaugurada pelo ministro Temporário, da qual devem fazer parte a regulamentação da lei que permite usar o sistema de compras públicas como mecanismo de política industrial e a ampliação das parcerias entre laboratórios públicos e privados.

### Novos sócios: Blanver e Umicore reforçam o quadro de associados da ABIFINA

A ABIFINA tem a satisfação de anunciar a chegada de mais duas empresas ao seu quadro social. Em maio, a Blanver Farmoquímica, uma das empresas fundadoras da entidade, reingressou aos associados, e em junho, a Umicore Brasil fez sua estreia no grupo.

A Blanver foi fundada nos anos 1970 pelo empresário Guiseppe Frangioni, na cidade de Itapevi, no interior de São Paulo. A companhia, especializada na produção de matérias-primas para a indústria farmacêutica e alimentícia, conta hoje com um time de 415 colaboradores divididos entre duas unidades: em Itapevi e Taboão da Serra, além de dois escritórios na Flórida (EUA) e em Barcelona (Espanha). Hoje a empresa exporta para mais de 90 países e oferece serviços de terceirização da produção.

Já a Umicore, empresa internacional especializada na produção de catalisadores e materiais avançados, com sede em Bruxelas, na Bélgica, chegou ao Brasil em 1953. Atualmente, a companhia conta com mais 75 unidades e 25 escritórios comerciais espalhados por 36 países das Américas, Europa Oriental e Ásia.

A unidade de Guarulhos, onde está a sede da Umicore Brasil, conta com mais de 660 colaboradores e produz para as indústrias química, petroquímica, farmacêutica, eletroeletrônica, entre outros. A companhia conta ainda com uma unidade na cidade de Americana.

A ABIFINA dá as boas-vindas às duas empresas.

### Farmanguinhos e Cristália firmam nova parceria para produção

No início de junho, o secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, anunciou uma nova parceria de Farmanguinhos com o laboratório Cristália e a Fundação Baiana de Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos (Bahiafarma) para a produção de dois novos medicamentos. O sevelamer, para doença renal crônica e degenerativa, e o cabergolina, para o tratamento da hiperprolactinemia, serão produzidos para abastecer o SUS.

Os acordos contarão com recursos do Ministério da Saúde e do governo do estado da Bahia. Nessa ação, está previsto o acompanhamento da gestão dos recursos que serão liberados conforme o cumprimento do cronograma até 2015.

O convênio com a fundação baiana prevê a transferência de todo o ciclo tecnológico, desde a produção do fármaco até o produto final. A iniciativa possibilita a instalação de um novo produtor público no mercado da saúde, e contribuirá para a descentralização da produção nacional das indústrias farmacêutica e farmoquímica para a Região Nordeste do país.

### Ourofino Agrociência completa seis meses

Em junho, a Ourofino Agrociência, a unidade industrial de defensivos agrícola com sede em Uberaba (MG), completa seis meses de atividade e já conta com

a presença de seus produtos em todo o território brasileiro. A indústria oferece atualmente um portfólio de sete produtos utilizados em diversos cultivos como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, citros, tomate e batata. Até 2012, a Ourofino deverá fabricar mais de 30 novos produtos e totalizar acima de 70 para os próximos anos.

Com produção automatizada e equipamentos modernos, a capacidade atual de produção da Ourofino Agrociência é de 100 milhões de kg/litro por ano. O investimento na unidade foi de mais de US\$ 100 milhões. São duas grandes construções em um espaço de 250 mil metros quadrados. Um dos prédios é para a produção de herbicida, enquanto o outro é destinado a fungicidas, inseticidas, espalhantes adesivos e óleo mineral.

De acordo com o presidente da Ourofino Agrociência, Jurandir Paccini Neto, o Brasil comercializou em 2010, cerca de US\$ 7,2 bilhões em defensivos agrícolas, mercado dominado por grandes multinacionais. O fato de a Ourofino Agrociência ser totalmente brasileira é um diferencial no mercado.

## Ourofino é referência em inovação no agronegócio

Em 2011, dois especialistas da área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) da Ourofino lançaram publicações sobre planejamento e desenvolvimento de inovação tecnológica, com base nas experiências da companhia. O livro *Estratégia de inovação – oportunidades e competências*, lançado em maio deste ano, tem coautoria da gerente de P,D&I Lucimara Toso Bertolini traz alguns casos de sucesso, como o desenvolvimento do produto Colosso, da Ourofino. A edição

apresenta a importância do planejamento na gestão da inovação.

Por sua vez, o diretor-superintendente de Biológicos, Carlos Henrique Henrique, e o gestor de Inovação da Ourofino Agronegócio, José Walter da Silva Junior, escreveram a apresentação do livro *A revolução da inovação aberta*, na edição brasileira do autor dinamarquês Stefan Lindegaard. O livro que chegou às livrarias em fevereiro deste ano trata de estratégias de negócio.

## Bio-Manguinhos lança kit rápido de diagnóstico do HIV

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) lançou em maio, durante o II Simpósio Internacional de Imunobiológicos, no Rio de Janeiro, um novo kit de diagnóstico, que permite confirmar a presença dos vírus HIV 1 e 2 em apenas 20 minutos. O novo teste é mais fácil de ser aplicado, pois dispensa infraestrutura laboratorial. O objetivo do instituto, que desenvolveu o produto com apoio de um laboratório norte-americano, é facilitar a aplicação em áreas remotas do país.

“Com esse teste, poderemos ampliar ainda mais o acesso ao diagnóstico da Aids no país”, avalia Antônio Ferreira, gerente do Programa de Desenvolvimento de Reativos de Bio-Manguinhos, responsável pela produção do novo kit. Além disso, o kit é cinco vezes mais barato que os testes laboratoriais importados, que custam em média cerca de R\$ 150.

Os kits devem começar a ser distribuídos para a rede de saúde no segundo semestre de 2011.

## Blanver e Nortec iniciam distribuição do tenofovir

Em maio, a primeira das 24 parcerias público-privadas para estimular a produção nacional de medicamentos entrou em operação. O acordo entre o consórcio Blanver-Nortec e a Fundação Ezequiel Dias (Funed), do governo de Minas Gerais, para a produção do tenofovir, medicamento para o tratamento de pacientes com HIV e hepatite B, começa a valer com o início da distribuição do primeiro lote da droga.

A distribuição dos primeiros 2,2 milhões de comprimidos do antirretroviral destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) começou no dia 11 de maio. O tenofovir teve a patente de seu princípio ativo quebrada em 2009 em favor da Nortec e da Blanver, que passaram a produzi-lo no país para vender para o governo a um preço mais baixo. O esquema permite que o Brasil deixe de importar a droga, consumida por cerca de 50 mil pacientes, e economize 40% na compra local.

A PPP prevê a fabricação de 28,8 milhões de comprimidos de tenofovir no prazo de três anos. No fim do período, as empresas saem do mercado e a Funed passa a responder pela produção e distribuição do medicamento.

## Anti-inflamatório da EMS conquista patente nos EUA

O United States Patent and Trademark Office (USPTO), escritório de propriedade intelectual dos EUA, concedeu a patente ao Toragesic, um anti-inflamatório desenvolvido pela farmacêutica

brasileira EMS. O medicamento foi criado em 2006, a partir de um princípio ativo, o trometamol ceterolaco, já em domínio público, mas com uma formulação inovadora (sublingual), que propicia uma ação mais rápida contra a dor.

Em 2010, a EMS também conquistou uma patente no México e duas na Europa (uma delas também referente à forma farmacêutica de Toragesic), onde o laboratório é certificado pela Agência Europeia de Medicamentos (Ema).

Para o vice-presidente de Marketing da EMS, Waldir Eschberger Jr., essas conquistas atestam a qualidade e a capacidade de inovação da empresa. “Os Estados Unidos, assim como a Europa, são bastante rigorosos na análise de pedidos de patentes. Essa concessão comprova que temos todas as condições de atender aos países mais exigentes do mundo”, observa o executivo. “Hoje, a prioridade da empresa é investir em pesquisa e desenvolvimento, tanto que a biotecnologia é uma realidade que está bem próxima da EMS.”

A companhia investe atualmente cerca de 6% de seu faturamento em seu setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que conta com mais de 200 profissionais trabalhando na área. Além disso, a EMS fechou acordos estratégicos de transferência de tecnologia com as farmacêuticas Quimefa e Heber Biotec, de Cuba, e Shangai Biomabs, da China, para o desenvolvimento de medicamentos biotecnológicos.

### EMS promove simpósio sobre transtorno bipolar

O laboratório EMS, por meio da sua divisão EMS Sigma Pharma, promoveu no dia 20 de maio um simpósio internacional voltado aos desafios que en-

volvem o diagnóstico e tratamento do transtorno bipolar. O evento, realizado na sede da empresa no município de Hortolândia (SP), reuniu mais de cem psiquiatras para debater temas como as diferentes manifestações da doença, causas, diagnóstico, prevenção secundária e o papel do antipsicótico olanzapina no tratamento.

Entre os palestrantes estiveram Maurício Tohen, presidente da Sociedade Internacional de Transtorno Bipolar, o diretor da Unidade de Distúrbio do Humor do Hospital das Clínicas, Ricardo Moreno, e o professor titular do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, Jose Alberto Del Porto.

De acordo com Tohen, estudos mostraram que a olanzapina seria mais eficaz que outras substâncias também empregadas no tratamento, com uma média de 63,5% dos pacientes com quadro de melhora.

Pessoas que sofrem com o transtorno bipolar alteram estados de profunda depressão e euforia extrema. Estimativas apontam que o transtorno bipolar acomete 1,6% da população brasileira e gera diversos prejuízos aos indivíduos que o apresentam. Se forem consideradas as formas atenuadas da doença, esse índice de prevalência chega aos 5%, o que torna a doença um verdadeiro problema de saúde pública.

Para o vice-presidente de Marketing da EMS, Waldir Eschberger Jr., o evento teve por objetivo debater soluções e melhores formas de lidar com a doença, que gera diversos transtornos a seus portadores e que pode, até mesmo, impactar a sociedade. “Por sua complexidade e amplitude, esse tema precisa receber total atenção por parte dos médicos e também da indústria farmacêutica”, afirma.

### Aché lança manual sobre embalagens em braille

O laboratório Aché lançou, em abril, a cartilha *Aplicando braille em embalagens secundárias e as novas exigências da RDC 71*. O manual traz informações sobre deficiência visual, sobre o alfabeto braille e orientações sobre a correta adequação à Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece regras e diretrizes para rotulagem.

De acordo com a resolução, as embalagens secundárias, ou seja, as que são visíveis pelo paciente, devem informar o nome comercial do medicamento ou, na sua falta, a denominação genérica de cada princípio em sistema braille, sem afetar a legibilidade das informações.

O manual pode ser solicitado gratuitamente por meio da Central de Atendimento a Clientes do Aché, no telefone 0800-701-6900 ou no e-mail [cac@ache.com.br](mailto:cac@ache.com.br), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

### Aché premia fornecedores que mais inovam

Há quatro anos, o laboratório Aché reconhece seus fornecedores de embalagens e matérias-primas que investem em qualidade de seus serviços. Durante a cerimônia realizada anualmente, uma empresa de cada área é premiada e todas que cumpriram a política de qualidade do Aché recebem um Certificado de Qua-

lidade Assegurada. Em 2011, na quinta edição do programa, os fornecedores serão avaliados pelo prisma de um novo critério: inovação.

Os fornecedores do laboratório poderão enviar até o dia 30 de setembro um caso de sucesso de inovação desenvolvido durante a parceria entre ambos e que siga um dos nove critérios definidos. Com a premiação, o Aché espera reconhecer a qualidade de seus fornecedores e estabelecer uma relação de confiança, além de incentivar que a inovação esteja inserida em todo o segmento.

Em 2010, 35 fornecedores de matérias-primas e sete de embalagem receberam o Certificado de Qualidade Assegurada. Nas quatro edições do projeto, 107 parceiros já foram certificados.

## Biolab lança sua nova linha digestiva

No mês de maio, a farmacêutica Biolab realizou sua estreia no setor de digestivos, com o lançamento do Beneflora. O novo medicamento combina a ação de dois probióticos, que promovem o reequilíbrio da flora intestinal e combatem diarreias e desconfortos intestinais.

O Beneflora reúne a ação do *Bifidobacterium lactis* HNO19 e do *Lactobacillus acidophilus* ATCCSD5221, dois probióticos produzidos naturalmente pelo organismo, mas que entram em desequilíbrio durante processos de infecção intestinal. De acordo com Aduino Márcio, gerente de Produtos da Linha Digestiva da Biolab, o produto é o único do mercado que reúne os dois probióticos na concentração ideal para o tratamento eficaz de diarreia, doença que mata cerca de 2 milhões de crianças menores de cinco anos nos países em desenvolvimento, a cada ano.

De acordo com Márcio, o produto também se diferencia por sua estabilidade. A Biolab desenvolveu uma embalagem especial, que garante a conservação durante mais tempo.

## Eurofarma é vencedora em duas categorias no Prêmio Top Hospitalar

No dia 7 de abril, aconteceu a entrega da 13ª edição do Prêmio Top Hospitalar, que agraciou a farmacêutica associada Eurofarma em duas categorias: Melhor Indústria Farmacêutica – Medicamentos e Principal Executivo, entregue a Maurício Billi, CEO da companhia. Os vencedores do Top Hospitalar são eleitos por profissionais e gestores dos principais hospitais e instituições de saúde do Brasil.

No ano de 2010, a Eurofarma também recebeu dois troféus por seu desempenho em 2009, nas categorias Indústria Farmacêutica e Indústria Nacional. “Para nós, o Prêmio Top Hospitalar se tornou referência no setor da saúde no Brasil aguardamos sempre as novidades apresentadas a cada edição do prêmio que a cada ano se renova aumentando nossas expectativas quanto ao resultado”, afirma Billi. “Alcançar mais dois troféus em um prêmio tão concorrido reforça a política da Eurofarma que estamos no caminho certo para sempre alcançar nossos objetivos e vencer os obstáculos”, completa.

## Instituto Vital Brazil completa 92 anos

O Instituto Vital Brazil (IVB) completou no dia 3 de junho seu aniversário de 92 anos a serviço da ciência e da vida. Para comemorar quase um século, a instituição com sede na cidade de Niterói realizou uma extensa programação com exposição de animais peçonhentos e visitas guiadas pelas instalações.

O IVB foi fundado pelo cientista mineiro Vital Brazil como uma empresa

privada de pesquisa e produção, fabricando produtos veterinários, farmacêuticos e imunobiológicos, como soros e vacinas. Em 1957, a empresa passou para as mãos do governo do estado do Rio de Janeiro e, hoje, é um dos 18 laboratórios oficiais brasileiros e um dos três fornecedores de soros contra o veneno de animais peçonhentos para o Ministério da Saúde.

## Farmanguinhos sedia evento de fitoterápicos

Farmanguinhos recebeu, nos dias 2 e 3 de junho, a 8ª Reunião de Gestores e a 1ª Reunião do Comitê Técnico-Científico das Redes Fito. O evento foi organizado pelo Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS) responsável pela gerência nacional das Redes Fito. O encontro, que reuniu profissionais de todos os biomas brasileiros, teve como objetivo principal discutir a reestruturação das redes para aprimorar o desenvolvimento tecnológico a partir da biodiversidade brasileira.

A vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, esteve presente e endossou a necessidade de se trabalhar em rede. “A biodiversidade deve ser pensada conjuntamente e situa-se numa convergência de ações da Fundação, pois está no centro de uma política de atenção à saúde.”

O coordenador nacional das Redes Fito, Glauco Kruse Villas Boas, explicou que a nova linha editorial da revista *Fitos* terá caráter acadêmico e prático. “A meta é a indexação o mais breve possível, para que possa estar ao alcance da sociedade, pois precisamos disso”, ressaltou.

A ABIFINA esteve presente no evento.

# Insegurança Jurídica e Qualidade de Patentes

por Marcos Oliveira / Vice-Presidente de Planejamento da ABIFINA



Foto: André Telles

Direitos de propriedade mal definidos ou difíceis de conhecer são uma fonte poderosa de insegurança jurídica e de conflitos de posse e uso. No Brasil a litigiosidade sobre direitos de propriedade intelectual vem apresentando um preocupante crescimento nos últimos anos e isto indica a existência de problemas no sistema, capazes de trazer consequências danosas ao pretendido desenvolvimento tecnológico do país.

Os direitos de propriedade sobre bens tangíveis são relativamente fáceis de conhecer e de regular, e há uma larga tradição em como fazê-lo. Se eu estiver dirigindo um automóvel haverá uma percepção pelos outros de que aquele bem me pertence e, em caso de dúvida, existe um sistema legal e obrigatório de re-

gistro do mesmo para prová-lo. Se possuir uma fazenda, a cerca envolvendo a mesma dá a terceiros, imediatamente, o conhecimento dos limites da minha propriedade, da área que eles não podem invadir sem ferir os meus direitos. Mesmo na ausência de uma cerca, existem meios tradicionais de se conhecer os seus limites recorrendo aos registros da mesma para conhecer seus marcos legais, e técnicas de agrimensura adequadas para delimitá-la com segurança.

O caso de direitos de propriedade sobre bens intangíveis é bem mais complicado o que tem provocado, no mundo todo, uma enxurrada de disputas judiciais. É claro que existe um sistema internacional e nacional destinado ao reconhecimento e registro de direitos de propriedade sobre invenções, mas ele não tem sido capaz de eliminar as fontes de conflito que resultam, em primeiro lugar, de como saber que aquela invenção está protegida e, em segundo lugar, da dificuldade de precisar os limites de tal proteção.

No caso das invenções industriais o registro da propriedade é feito através da emissão da carta-patente por um órgão especificamente capacitado para fazê-lo, ao amparo de uma legislação específica. A delimitação precisa da propriedade protegida depende da precisão da lei e de sua interpretação, e da qualidade do documento de patente emitido. A possibilidade de evitar as infrações a tais direitos depende do sistema de divulgação dos mesmos.

Se conhecer a quem pertence uma casa, um terreno, um automóvel é coisa relativamente simples e barata de fazer recorrendo-se aos sistemas públicos de registro e aos profissionais do ramo, no caso de direitos de patente a coisa é bem mais difícil e extremamente dispendiosa. Um pesquisador que esteja desenvolvendo uma ideia na busca de uma invenção e que queira se certificar de que não estará infringindo direitos de terceiros e que poderá futuramente proteger a sua invenção terá que se valer de profissionais especializados para pesquisar, primeiro, se há alguma patente cujo objeto esteja relacionado com sua pesquisa e, segundo, os exatos limites

da proteção conferida por esta patente. Em ambos os casos a tarefa esta longe de ser trivial e seu sucesso depende, em larga medida, da qualidade dos serviços do órgão emissor da patente, no Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O sistema de divulgação das patentes concedidas e em vigor oferece um sem-número de dificuldades ao pesquisador. As informações iniciais são bastante reduzidas e nem sempre os resumos publicados dão uma ideia precisa da invenção e muito menos do escopo da proteção conferida. Para complicar ainda mais a situação o pesquisador pode se defrontar com referências erradas ou mesmo com omissão de informações importantes, como as correspondências com patentes de outros países ou datas equivocadas de prazos de validade, por exemplo.

A dificuldade maior, no entanto, reside na exata delimitação da proteção conferida e em nenhuma área da técnica a situação é tão complicada como na área das patentes químicas, especialmente na área da farmacêutica. Em primeiro lugar surge o problema da interpretação da lei, saber o que pode e o que não pode ser protegido. A lei concede proteção a invenções que sejam novas, possuam atividade inventiva e sejam passíveis de utilização industrial e que, além disso, estejam detalhadamente descritas de modo a que terceiros possam praticá-la sem maiores esforços. A lei também delimita o que não é invenção e as invenções que não são patenteáveis e aqui nos defrontamos com o problema da evolução do conhecimento e a necessidade de estarmos, permanentemente, repensando a lei ou sua interpretação para adequá-la a esta evolução. A atual discussão sobre a patenteabilidade em biotecnologia é um bom exemplo deste problema.

Embora a verificação da novidade exija um esforço considerável de pesquisa e não raro seja causa de litígios em função da falha em identificar um conhecimento prévio já divulgado, a maior parte das controvérsias a respeito da patenteabilidade provém da interpretação que se dá ao requisito

da atividade inventiva. Se o sistema de patentes foi instituído para incentivar o desenvolvimento tecnológico através de um privilégio de 20 anos é razoável que se conceda tal proteção apenas a invenções que representem um avanço significativo da técnica, compatível com a dimensão da proteção. Como todo novo desenvolvimento está fundado no uso de conhecimentos anteriores, a concessão de patentes a invenções triviais pode resultar no efeito contrário, o de dificultar o avanço tecnológico pela restrição inadequada do conhecimento livre.

Em segundo lugar surge a dificuldade de saber os exatos limites do que está protegido, dificuldade que resulta, em grande parte, da linguagem utilizada na elaboração das reivindicações, a parte do documento de patente que descreve

a proteção pretendida. Reivindicações podem ser intencionalmente redigidas de forma imprecisa dificultando o conhecimento do que está realmente protegido ou ampliando indevidamente os limites da proteção. Para exemplificar a existência de patentes mal concedidas pode-se tomar o caso dos Estados Unidos, onde a litigiosidade é grande. Lá 27% dos litígios julgados resultaram em perda de direitos, seja pela nulidade total da patente, seja pela invalidação de uma ou mais reivindicações.\*

A qualidade do documento de patente é fundamental para o uso eficiente e eficaz do sistema de propriedade industrial como ferramenta de desenvolvimento e para evitar a litigiosidade de má-fé. A incerteza

quanto ao que está protegido e os riscos potenciais de litígio impõem um custo adicional que pode refrear o impulso inovador e em nenhuma área isto é mais evidente que na químico-farmacêutica. Para garantir a emissão de patentes industriais de boa qualidade é essencial que o INPI disponha dos meios materiais e humanos adequados para enfrentar o desafio de uma avalanche de novos pedidos de complexidade cada vez maior em função dos avanços ininterruptos da ciência e da técnica. Esta é uma tarefa para a qual o governo deveria dar a máxima prioridade dentro da sua renovada política de desenvolvimento industrial.

“Os direitos de propriedade sobre bens tangíveis são relativamente fáceis de conhecer e de regular, e há uma larga tradição em como fazê-lo”

\* H. Matthew, J.L.Turner. (2006) - “The Court of Appeals for the Federal Circuit’s Impact on Patent Litigation”. *Journal of Legal Studies*, 35(1) 85-117.

## ABIFINA marca sua presença no 9º Enfisa

Reunir autoridades federais e estaduais com representantes do setor produtivo e de distribuição de defensivos agrícolas, em busca de políticas públicas mais transparentes, colaborativas e inovadoras, foi o objetivo do Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa), que em 2011 chegou a sua 9ª edição. O evento contou com modalidades regionais Norte/Sul/Sudeste/Centro-Oeste, em Porto Alegre (RS), nos dias 4 a 7 de abril; e Nordeste, em João Pessoa (PB), entre 26 e 28 de abril; além da versão nacional, celebrada em Campo Grande (MS) entre os dias 23 e 26 de maio.

Tanto as edições regionais quanto a nacional contaram com a participação da gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, em sua Comissão Organizadora.

O encontro reuniu fiscais federais e estaduais e técnicos de empresas do setor, que discutiram a respeito de procedimentos estabelecidos por cada instituição responsável pelo cadastro em cada estado. Já o seminário discutiu temas como barreiras não tarifárias, competências na fiscalização e análise de risco. Diva Arrepia coordenou a palestra “Cenário Macrossetorial para o Agronegócio Brasileiro”, ministrada pelo economista Fábio Silveira, da RC Consultores.

Ao final da edição nacional do Enfisa, os representantes fiscais de cada unidade da federação, reunidos em plenária, as-

sinaram a Carta Nacional de Campo Grande, que sintetizou as propostas debatidas durante o evento para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável na defesa humana e vegetal e para a preservação do meio ambiente. Entre as sugestões contidas no documento estão a capacitação de fiscais, prazo para as indústrias recolherem produtos impróprios ou interditados, fiscalização do comércio e do uso, atualização constante do registro de estabelecimento comerciais e de distribuição de defensivos, entre outras.



## Novo presidente da Anvisa toma posse



foto: Valter Campanato / Abr.

No dia 11 de maio, aconteceu em Brasília a cerimônia de posse do novo diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, e do novo diretor da agência, Jaime César Moura de Oliveira. A ABIFINA esteve representada pelo seu presidente, Jean Peter, pelo vice-presidente, Nelson Brasil de Oliveira, por sua diretora Telma Salles, e pelo diretor Odilon Costa.

A cerimônia contou ainda com a presença dos ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e da Saúde, Alexandre Padilha. Em seu discurso de posse, Barbano agradeceu a confiança da presidente Dilma em nomeá-lo para o cargo e defendeu a descentralização das operações de vigilância sanitária como forma de tornar o processo mais eficiente. Já Oliveira salientou que a Anvisa tem hoje um papel central na condução das políticas públicas no setor de saúde.

## Seminário discute política de acesso a medicamento

A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) e a ONG Conectas Direitos Humanos realizaram, no dia 29 de abril, em São Paulo, o seminário “Acesso a Medicamentos no Brasil: Registro Sanitário, Patentes e Projetos de Lei”. O evento teve como objetivo a apresentação dos resultados de duas pesquisas sobre acesso a medicamentos no Brasil, além da discussão sobre a atual situação dos medicamentos usados no combate à Aids no país.

Nas pesquisas, a Abia analisou as patentes e pedidos de patente e o registro sanitário dos antiretrovirais (ARVs) e suas combinações, e a Conectas realizou um levantamento sobre a atual legislação de propriedade intelectual para produtos farmacêuticos e os projetos de lei que podem modificar positiva ou negativamente o acesso a medicamentos no Brasil.

A ABIFINA foi representada por seu vice-presidente de Planejamento, Marcos Oliveira, que participou do painel “Panorama do ARV no Brasil: status patentário e registro sanitário”. Oliveira lembrou que as patentes e a exclusividade de dados limitam, por um prazo determinado, a possibilidade de concorrência, permitindo o estabelecimento de preços de monopólio. O palestrante defendeu o uso público das patentes farmacêuticas.



## Missões do setor de saúde à China

Entre os dias 15 e 18 de março, a Anvisa liderou uma visita oficial à China, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações sobre legislações, indústrias e produtos, apoiar as atividades de inspeção e incentivar a cooperação entre laboratórios nacionais. A Anvisa, junto com entidades do setor produtivo, entre elas a ABIFINA, visitaram a State and Food Drug Administration (SFDA), congênera chinesa da agência regulatória brasileira. Representaram a ABIFINA na missão Daniela Tabak (Cristália), Juliana Cossa (Nortec), sob a coordenação de Lélío Maçaira (vice-presidente da ABIFINA e presidente da Laborvida).

Durante a visita, foi relatada a situação de extrema precariedade do sistema regulatório sanitário chinês, que compreende distintos órgãos provinciais, não articulados entre si e

nem supervisionados pela SFDA, a falta de padronização entre tais órgãos, falhas de informações e, assim, as dificuldades que a fiscalização da Anvisa deverá encontrar nas inspeções a serem realizadas nas empresas chinesas.

Por ocasião da visita da presidente Dilma Rousseff à China, entre os dias 11 e 15 de abril, uma outra missão foi organizada, dessa vez pela Confederação Nacional de Indústria (CNI), para prospectar oportunidades de negócios e de investimentos no país oriental. A ABIFINA esteve presente, representada por sua diretora Telma Salles. Também participou da missão Márcia Bueno, da Libbs Farmacêutica. Durante a visita, Dilma destacou a estabilidade econômica e política do Brasil como principal atrativo a investimentos.

## Setor de defensivos discute INC para alteração de formulação

No dia 4 de maio, aconteceu a primeira reunião entre as entidades representantes do setor de defensivos agrícolas para discutir e avaliar a proposta elaborada pelo governo para uma Instrução Normativa Conjunta (INC), do Ibama, da Anvisa e do Mapa, a respeito de alteração de formulação de agrotóxicos já registrados no país.

As entidades voltaram a se reunir nos dias 5 e 11 de maio no Mapa e no Ibama, em Brasília, para debater os pontos sugeridos pelo governo para a INC. A técnica Elaine Dias, da associada Nufarm, representou a ABIFINA nessa oportunidade.

A formulação de um documento a ser encaminhado ao governo federal a respeito do tema foi o objetivo de outra reunião, celebrada em São Paulo, no dia 18 de maio. A ABIFINA foi representada na ocasião por Diva Arrepia.

## ABIFINA participa do XXIII Fórum Nacional

Especialistas internacionais apontam que a grande competição do século XXI será entre duas potências emergentes: China e Índia. Apesar de também ser apontado como um país emergente, o Brasil ainda não é considerado com porte para entrar de igual para igual nessa batalha. Discutir estratégias e caminhos para tornar o país um *player* no cenário mundial foi o tema norteador do XXIII Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), entre os dias 16 e 19 de maio, no Rio de Janeiro. O evento, coordenado pelo ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, discutiu as oportunidades e os gargalos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Nelson Brasil, vice-presidente da ABIFINA, ministrou uma palestra sobre um estudo, elaborado pela instituição em parceria com o economista Mauro Arruda, com sugestões para um plano diretor de competitividade e industrialização do Brasil. O estudo mostrou a importância de medidas como a desvalorização cambial, a redução da carga tributária e a redução da taxa básica de juros para impulsionar o crescimento econômico.

Nelson Brasil sustenta que iniciativas como parcerias público-privadas, o uso do poder de compra do Estado e a subvenção a projetos de inovação tecnológica são algumas das formas de se combater o déficit na balança comercial.



## ABIFINA se reúne com Ministério do Meio Ambiente

A ABIFINA participou, no dia 7 de junho, de um encontro com representantes do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de entregar ao órgão uma cópia do *policy paper*, documento no qual a entidade propõe medidas para uma efetiva política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o setor agroquímico. Participaram da reunião a secretária substituta de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Sérgia de Souza Oliveira, o coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, Márcio Freitas, e as técnicas do instituto, Kênia Godoy e Marisa Zerbetto. Pela ABIFINA, estiveram presentes, Diva Arrepia e o vice-presidente da área Agro, Luis Henrique Rahmeier. Durante o encontro, foi realizada uma exposição sobre o atual cenário da indústria de defensivos agrícolas, com ênfase na questão da desindustrialização que vem afligindo as empresas do setor associadas à ABIFINA.

## CPhI chega ao Rio de Janeiro

No dia 28 de abril, aconteceu a edição carioca do CPhI Roadshow – South America, edição itinerante de um dos maiores foros internacionais da indústria farmoquímica e farmacêutica. O evento pretende percorrer os principais polos farmacêuticos da América do Sul antes da edição principal da feira, que acontece em São Paulo, em agosto. A primeira edição do evento aconteceu no município de Anápolis, em Goiás.

A ABIFINA esteve presente, representada pelo seu vice-presidente, Lêlio Maçaira, que apresentou um relatório sobre a missão empresarial brasileira à China e as possibilidades que o atual cenário da cadeia farmoquímica no Brasil traz para as indústrias aqui instaladas, que desde os anos 1990 vêm sofrendo um forte processo de desindustrialização. O evento contou ainda com palestras de Serafim Branco, gerente-executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac); Carlos Gross, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); e Norberto Rech, assessor da presidência da Anvisa.



## Comitê de Patentes da ABIFINA discute acordo PPH

A ABIFINA reuniu, no dia 13 de abril, seu Comitê de Patentes para debater o acordo internacional na Patent Prosecution Highway (PPH). O acordo, ainda a ser estabelecido entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o United States Patent and Trademark Office (USPTO), teria o objetivo de acelerar a concessão de patentes pelo compartilhamento de informações entre os dois escritórios.

A possibilidade foi assinalada durante a visita do presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil, no mês de março.

A reunião também abriu espaço para a apresentação de Clau-

dia Chamas, da Fundação Oswaldo Cruz, sobre as ações do novo grupo de trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS), no âmbito da Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual. Chamas foi eleita para integrar o grupo, representando os países emergentes.

O comitê reuniu-se novamente no dia 18 de maio e 15 de junho, juntamente com o Grupo de Apoio Jurídico da ABIFINA. A situação atual de pedidos de patentes não anuídos pela Anvisa, sistema de *data protection* e os projetos de lei relacionados à propriedade intelectual foram os temas tratados no encontro.



## Reuniões do Comitê Farmo

No dia 18 de abril, o Comitê Farmo da ABIFINA realizou uma reunião para tratar de temas relacionados ao regulatório farmacêutico. Na pauta, estiveram assuntos como a norma para alteração pós-registro; prazo para adequação à norma de estabilidade de IFAs (a ser publicada em breve); indeferimento de pedido de registro de IFAs em comercialização e exame e comentários sobre a Portaria nº 344/98. Durante o encontro, ocorreu também uma apresentação sobre o Centro de Equivalência Farmacêutica (CEF) e o Laboratório de Farmacocinética (Lab-Sefar), da Fiocruz.

Já o papel da ABIFINA na colaboração com a Anvisa para a elaboração da Farmacopeia Regional Mercosul foi o tema da reunião seguinte, realizada no dia 11 de maio. Entraram em discussão também a atuação da ABIFINA no Grupo de Trabalho Temático de Descarte de Medicamentos – logística reversa e atualização sobre a Instrução Normativa nº10 – renovação simplificada de medicamentos consagrados.

Uma reunião extraordinária do Comitê foi organizada no dia 26 do mesmo mês, com o objetivo de recepcionar o novo secretário executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), Ivo Bucaresky. Durante o encontro, ABIFINA apresentou a atuação da entidade na área farmacêutica e os representantes das empresas associadas puderam apresentar algumas de suas demandas mais importantes, com destaque para a questão legal vinculada ao controle de preço de medicamentos estabelecido pela Câmara, que tem sido, em muitos casos, fator impeditivo para a inovação no Brasil.

A ABIFINA recebeu também nessa oportunidade o recém-empossado gerente da Gerência Geral de Medicamentos, Norberto Rech, e a então diretora adjunta, Jamaira Giora, ambos da Anvisa, que trouxeram novidades sobre as ações que estão sendo realizadas em suas áreas de atuação.



### Anvisa discute Farmacopeia Regional

No dia 28 de abril, entidades do setor farmacêutico reuniram-se na sede da Anvisa, em Brasília, para debater a formulação da Farmacopeia Regional do Mercosul. A Farmacopeia funciona como o parâmetro técnico e científico oficial para o registro de medicamentos e na fiscalização e análise desses produtos em laboratórios.

O documento elaborado durante a reunião vai ser usado como base para padronizar o controle sanitário e o desenvolvimento científico das áreas farmoquímica e farmacêutica no bloco econômico. A ABIFINA foi representada por Juliana Cossa, da Nortec.

### Petrobras celebra o Ano Internacional da Química

A Assembleia Geral da ONU escolheu 2011 como o Ano Internacional da Química. Para celebrar a ocasião, a Petrobras realizou, o “Seminário de Química da Petrobras: perspectivas e novos desafios”, entre os dias 14 e 16 de junho. O evento, realizado no Centro de Pesquisas Leopoldo A. Miguez de Melo (Cenpes), contou com a participação de Nelson Brasil de Oliveira, que ministrou uma palestra com o tema “A química dos hidrocarbonetos – uma retrospectiva e os novos desafios”. O principal objetivo do evento foi fomentar o debate sobre a importância fundamental da química para o desenvolvimento da sociedade.

### GT busca propostas para descarte de medicamentos

A ABIFINA foi convidada pelo Ministério do Meio Ambiente a participar do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Descarte de Medicamentos. Sob a coordenação do Ministério da Saúde, o GTT faz parte do Grupo Técnico de Assessoramento, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A instalação do GTT foi realizada no dia 5 de maio, em Brasília. A ABIFINA está representada no grupo por sua diretora Telma Salles e Diva Arrepia.

Anteriormente, a Anvisa havia realizado no dia 15 de abril, o painel Descarte de Medicamentos, onde discutiu questões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Na ocasião, a associada Eurofarma fez uma exposição sobre o programa de descarte da empresa. Esse primeiro painel sobre Descarte de Medicamento foi uma atividade promovida pelo Grupo de Trabalho sobre Medicamentos. Segundo Simone Ribas, da Unidade Técnica de Regulação da Anvisa, o GTT tem um prazo de seis meses, contados a partir do dia 5 de maio, para apresentar uma proposta sobre descarte.

### Gecis discute desenvolvimento do Complexo da Saúde

Em 2011, o Grupo Executivo de Complexo Industrial da Saúde (Gecis) realizou duas reuniões ordinárias, que reuniu representantes do governo e do setor industrial para discutir medidas para o fortalecimento da cadeia produtiva. No primeiro encontro, o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, anunciou a implantação de um sistema *fast track* para o exame de pleitos colocados naquela agência relacionados aos produtos que fazem parte das PPPs, bem como a criação de comitês regulatórios para o acompanhamento bilateral dos referidos processos.

Durante o evento, a ABIFINA foi representada pelo seu presidente e vice-presidentes Nelson Brasil, Ogari Pacheco,

Dante Alario e Lélío Maçaira, além dos diretores Telma Salles, Josimar Henrique e Odilon Costa.

Já no dia 3 de junho, aconteceu em Salvador a segunda reunião do Grupo, também com a presença de dirigentes da ABIFINA. Durante as atividades, foi anunciado o retorno das atividades do Bahiafarma, laboratório oficial do governo do estado, após 12 anos de suspensão de suas operações. O laboratório vai produzir medicamentos para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou ainda mais quatro parcerias público-privadas para a produção de medicamentos prioritários.

Foto: Erasmo Salomão /Ascom/MS II



## ABIFINA participa do X Enitec

O X Encontro Nacional de Inovação Tecnológica, realizado em São Paulo entre os dias 25 e 26 de maio, organizado pela Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), teve como tema central este ano o “Déficit tecnológico e riscos de desindustrialização”. O encontro discutiu formas de combater a perda de participação da indústria brasileira no PIB nacional. Ao final do evento, as entidades setoriais da indústria formataram uma Carta de Proposições a ser encaminhada ao governo.



O presidente da ABIFINA, Jean Peter, participou do painel “Déficit comercial e indicadores tecnológicos”, mostrando a situação crítica em que se encontra a indústria farmoquímica atualmente. De acordo com dados apresentados por Peter durante o evento, de 1990 a 2008, foram fechadas 517 unidades fabricantes do Brasil. Hoje, 95% dos fármacos utilizados na produção nacional de medicamentos são importados, o que leva o setor farmacêutico e farmoquímico enfrentarem um déficit comercial de US\$ 5,5 bilhões.

Durante o Enitec, aconteceu o lançamento do Deficitômetro Tecnológico ([www.deficitometrotecnologico.org.br](http://www.deficitometrotecnologico.org.br)) contador eletrônico que mostra, em tempo real, a progressão do déficit comercial brasileiro em produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica e em serviços tecnológicos. Na segunda quinzena de junho, o contador chegou à marca de US\$ 73 bilhões.

## Audiência na sede do Mapa

No dia 23 de março, uma delegação da ABIFINA participou de uma audiência com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, e com o secretário de Defesa Agropecuária, Francisco Sérgio Jardim. Durante o encontro, ocorrido na sede do ministério em Brasília, foi entregue ao ministro uma cópia do *policy paper* da entidade, documento no qual propõe medidas a serem adotadas pelo governo na forma de uma efetiva política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o setor agroquímico.

Participaram da audiência o presidente da ABIFINA e os vice-presidentes da área agroquímica, Luis Henrique Rahmeier e Tarciso Bonachela, a gerente técnica da entidade, além do novo presidente da Milenia, Rodrigo Gutierrez, e do consultor da Milenia, Rogério Cortês. O evento serviu para debater o atual cenário da indústria de defensivos agrícolas no Brasil, com ênfase para a questão da desindustrialização no setor.

## Entidades debatem o uso do glifosato

A ABIFINA marcou sua presença durante a reunião do Grupo de Trabalho – Reavaliação do Glifosato (GT-RG), realizada no dia 12 de abril, em São Paulo. O encontro, realizado na sede do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), contou ainda com a presença de outras entidades, como a Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (Aenda) e a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), e de representantes de empresas que possuem registro ou solicitação de registro em trâmite do ingrediente ativo glifosato. Durante a reunião, que abordou temas para implementação do Plano de Trabalho acordado com a Anvisa, a ABIFINA foi representada por Diva Arrepia.

## CEB discute acordo Mercosul-União Europeia

O possível acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia esteve na pauta de uma série de reuniões da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), realizadas entre os meses de abril e junho.

No dia 5 de abril, o órgão ligado à CNI, promoveu em São Paulo a palestra “União Europeia-Brasil – uma parceria para o século XXI”, ministrada por João Marques de Almeida, assessor do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Também foi apresentado um breve relato da XX Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) ocorrida entre os dias 14 e 18 de março em Bruxelas, na Bélgica, além da apresentação do novo site de negociações internacionais e do sistema de consulta da CEB.

No dia 28 de abril, a comissão voltou a reunir-se, dessa vez em Brasília, para esclarecer os representantes do setor produtivo a respeito do andamento das negociações entre os blocos. Durante a ocasião, Soraya Rosar, gerente executiva da CNI, comentou sobre o exercício de melhoria de oferta feito pela CEB por meio da consulta nº 45 sobre acesso a bens de mercado no Acordo Mercosul-UE. Em outra reunião em Brasília, celebrada no dia 19 de maio, o embaixador Evandro Didonet, comentou sobre a XXI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) ocorrida entre os dias 2 e 6 de maio em Assunção, no Paraguai.

Já no dia 16 de junho, em São Paulo, ocorreu mais um encontro, dessa vez para atualizar os representantes da indústria a respeito da XXIII Reunião, a ser realizada em julho, em Bruxelas, na Bélgica. Em todas as ocasiões, a ABIFINA foi representada por Fernanda Costa, da área técnica da ABIFINA.

### Bio-Manguinhos comemora 35 anos com Simpósio Internacional

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), entidade ligada à Fiocruz e associada da ABIFINA, completou em 2011 seus 35 anos de fundação e, para celebrar a data, promoveu entre os dias 4 e 6 de maio a segunda edição do Simpósio Internacional de Imunobiológicos. O evento reuniu especialistas em biotecnologia para discutir os desafios tecnológicos e a facilitação do acesso a vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico.

A ABIFINA foi representada durante o simpósio pelos vice-presidentes, Nelson Brasil de Oliveira e Marcos Oliveira; e pela diretora Telma Salles. O evento contou ainda com a presença do diretor-executivo do Instituto de Vacina Albert B. Sabin (EUA), Ciro de Quadros; do secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha; o secretário de Vigilância do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa; entre outros especialistas nacionais e internacionais.



### Encontro com a deputada Jandira Feghali

No dia 6 de maio, a ABIFINA, representada pelo seu presidente e pelos vice-presidentes Lélío Maçaira e Nicolau Lages, e o diretor, Odilon Costa, participou de uma reunião da Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, presidida pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O encontro, realizado na Fiocruz, teve por objetivo ouvir especialistas, empresários e autoridades sobre o atual panorama da pesquisa, produção e inovações tecnológicas para o setor de fármacos no país, a fim de subsidiar essa subcomissão na elaboração de proposições e emissão de pareceres. Um novo encontro ocorreu no dia 27 de junho, também com a presença da deputada.

### ABIFINA participa de evento internacional sobre toxicologia

A Ilsi Brasil, subsidiária brasileira da organização internacional sem fins lucrativos que presta consultorias à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizou no dia 13 de junho, em Brasília, o evento “Bases Científicas para Avaliação Toxicológica, Avaliação e Gerenciamento do Risco”. O encontro contou com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros para discutir questões relacionadas à toxicologia de produtos químicos, como avaliação de risco, ferramentas para tomadas de decisão e princípio de precaução. A programação contou ainda com um debate entre representantes de sociedades brasileiras de toxicologia e de órgãos brasileiros de registro, como Mapa, Anvisa e Ibama. Diva Arrepia representou a instituição durante o evento.

### Comitê Fito debate acesso ao patrimônio genético

O acesso ao patrimônio genético da biodiversidade brasileira foi o principal tema das duas últimas reuniões do Comitê de Fitoterápicos da ABIFINA. O primeiro evento, realizado no dia 17 de maio, debateu as legislações relacionadas ao acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, que em breve estará na pauta do Congresso Nacional. Durante o encontro foram acertadas as ações da ABIFINA sobre o tema, como a elaboração de um documento com propostas da instituição e de empresas associadas.

No dia 6 de junho, a assessora de Propriedade Intelectual e Fitoterápicos da ABIFINA, Ana Cláudia Oliveira, apresentou as sugestões enviadas pelas empresas associadas e institutos de pesquisa sobre a legislação. O documento final será encaminhado à Casa Civil.



# O Encontro da Tecnologia Analítica na América Latina

11ª EDIÇÃO

# ANALITICA

L A T I N A M E R I C A



FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA PARA LABORATÓRIOS,  
ANÁLISES, BIOTECNOLOGIA E CONTROLE DE QUALIDADE

**20 A 22**  
**setembro de 2011**  
*Das 13h às 21h*

Transamerica Expo Center  
São Paulo - SP

**credenciamento  
online**

Evite Filas no dia do evento.  
Acesse o site [www.analicanet.com.br](http://www.analicanet.com.br)  
Faça já seu pré-credenciamento para  
visitar a Analítica Latin America 2011.

A Analítica Latin America é o mais completo evento na América Latina do setor de **Tecnologia para Laboratórios, Análises, Biotecnologia e Controle de Qualidade**, onde você encontra, num único lugar, as melhores oportunidades em soluções, produtos e serviços, para garantir a qualidade laboratorial da sua empresa, nas mais importantes indústrias: farmacêutica, cosmética, alimentícia, petroquímica, química, energia, mineração, ambiental, entre outras.

O evento é o local de encontro com os principais fornecedores e compradores dos setores de tecnologia laboratorial, biotecnologia e controle de qualidade. Na última edição o evento contou com **500 marcas** em exposição e **10 mil visitantes** de mais de **20 países**.

**Programa-se e participe desse grande evento!**

[www.analicanet.com.br](http://www.analicanet.com.br)

EVENTO PARALELO:



APOIO:



MÍDIAS OFICIAIS:



ORGANIZAÇÃO:





# ABIFINA

25 ANOS A SERVIÇO DO BRASIL

Em 18 de junho de 2011, a Abifina completou 25 anos de atuação na representação dos interesses das indústrias que compõe o complexo industrial de química fina no Brasil, contribuindo para melhorar a discussão e o encaminhamento de temas como propriedade intelectual, instrumentos de proteção aos investimentos industriais, políticas de incentivo à produção nacional, inovação, entre outros. Todos temas relevantes para assegurar autonomia e excelência em um dos segmentos industriais estratégicos para a soberania nacional. Afinal, a química é determinante para solucionar questões que determinarão a qualidade do nosso futuro: segurança alimentar, saúde, energias renováveis, desenvolvimento sustentável e muito mais.

Nosso agradecimento a todos que contribuíram para tornar possível a realização deste evento e aos que estiveram presentes na celebração desta grande data para a entidade.

Apoio:



**ABIFINA** 25 ANOS  
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,  
Biotecnologia e suas Especialidades